



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Regimara Silveira Chaves Oliveira

MULHERES E VIOLÊNCIA: algumas considerações psicossociais

Belo Horizonte – Minas Gerais

2019

Regimara Silveira Chaves Oliveira

MULHERES E VIOLÊNCIA: algumas considerações psicossociais

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli
Co Orientador: Prof.^a Dra. Elza Machado de Melo

Área de concentração: Promoção da Saúde e Prevenção da Violência.

Belo Horizonte – Minas Gerais
Faculdade de Medicina da UFMG

2019

OL48m Oliveira, Regimara Silveira Chaves.
Mulheres e violência [manuscrito]: algumas considerações
psicossociais. / Regimara Silveira Chaves Oliveira. - - Belo Horizonte: 2019.
126f.
Orientador (a): Paulo Roberto Ceccarelli.
Coorientador (a): Elza Machado de Melo.
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Medicina.

1. Violência contra a Mulher. 2. Parceiros Sexuais. 3. Sistemas de Apoio Psicossocial. 4. Psicanálise. 5. Dissertações Acadêmicas. I. Ceccarelli, Paulo Roberto. II. Melo, Elza Machado de. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WM 605

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora:

Profa. Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor:

Prof. Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitor de Pós-Graduação:

Prof. Fabio Alves da Silva Junior

Pró-Reitor de Pesquisa:

Prof. Mário Fernando Montenegro Campos

FACULDADE DE MEDICINA

Diretor da Faculdade de Medicina:

Prof. Humberto José Alves

Vice-Diretora da Faculdade de Medicina:

Profa. Alamanda Kfoury Pereira

Coordenador do Centro de Pós-Graduação:

Prof. Tarcizo Afonso Nunes

Subcoordenadora do Centro de Pós-Graduação:

Profa. Eli Iola Gurgel Andrade

Chefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social:

Prof. Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado

Subchefe do Departamento de Medicina Preventiva e Social:

Prof^a Palmira de Fátima Bonolo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência:

Prof^a. Elza Machado de Melo

Subcoordenadora Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência:

Prof^a. Cristiane de Freitas Cunha Grillo

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Profa. Cristiane de Freitas Cunha – Titular

Profa. Eliane Dias Gontijo – Titular

Profa. Efigênia Ferreira e Ferreira – Titular

Profa. Elza Machado de Melo – Titular

Profa. Soraya Almeida Belisario – Titular

Prof. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro – Titular



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA/MP

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA REGIMARA SILVEIRA CHAVES OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 29 de julho de 2019, às 14:00 horas, Faculdade de Medicina UFMG, sala 526, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Mulheres e violência: alguns aspectos psicossociais*, apresentada por REGIMARA SILVEIRA CHAVES OLIVEIRA, número de registro 2017717503, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Paulo Roberto Ceccarelli - Orientador (PUCSP), Prof(a). Elza Machado de Melo - Coorientadora (UFMG), Prof(a). Myrian Fatima de Siqueira Celani (UFMG), Prof(a). Francisco José Machado Viana (FHEMIG).

A Comissão considerou a dissertação:

() Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 29 de julho de 2019.

Prof(a). Paulo Roberto Ceccarelli (Doutor)

Prof(a). Elza Machado de Melo - Coorientadora (Doutora)

Prof(a). Francisco José Machado Viana (Doutor)

Prof(a). Myrian Fatima de Siqueira Celani (Doutora)

Dedico este trabalho a NEUSA (*in memoriam*) amada mãe, fonte inspiradora, quem sempre acreditou no poder transformador da educação, exemplo de força, de mulher. E ao meu pai, José, que há 15 anos tem o papel de pai e mãe, hoje, avô, presente em nossas vidas. Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que ao preencher meu ser com sua presença, renova a cada dia minhas forças e capacita-me. Tu és fundamental na minha vida.

À Professora Elza, pelo exemplo de profissional e pessoa humana, mulher de determinação, incentivo e apoio fundamental desta caminhada, por me apresentar ao Núcleo de Promoção de Saúde e Paz da Faculdade de Medicina.

Ao Professor Francisco e à professora Myrian, pelas contribuições ao Programa de Mestrado Profissional e disponibilidade em aceitar compor a banca avaliadora deste estudo.

Ao meu Orientador, Professor Dr. Paulo Roberto Ceccarelli, pela acolhida, oportunidade, compreensão, paciência e por respeitar meu tempo e meus limites; pela sua generosidade frente à minha busca de conhecimento e principalmente pela sua paciência. Muito obrigada por me permitir caminhar em busca deste sonho.

À minha família, em especial ao meu pai, José Chaves, e ao meu irmão Reginaldo, pelo apoio e por fazerem parte das minhas conquistas.

Ao Mauro, meu esposo, por compreender minha ausência e ansiedade durante este processo. Por fazer parte das minhas conquistas, apoiando a cada novo desafio, com atenção, dedicação e amor a mim e a nossa família. Obrigada pelo apoio!

Aos meus maiores presentes dessa vida, Miguel e Gustavo, que fizeram parte de toda esta história antes mesmo de nascerem, companheiros de todas as horas, que me fazem acreditar em um mundo colorido, mais feliz e menos violento.

Aos professores e colegas do Programa de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.

À Lauriza Maria, pelo abraço afetuoso, delicadeza e respeito de sempre.

Ao Helton, Sandra, Tércia e Luciana pela atenção e presteza frente minha angústias.

Aos amigos que compreenderam minha ausência e sempre torceram por mim, sou grata pela presença vibrante nos momentos das conquistas e das dificuldades. Companheiros para todas as horas.

Comigo não, violão
Na cara que mamãe beijou
"Zé Ruela" nenhum bota a mão
Se tentar me bater
Vai se arrepender
Eu tenho cabelo na venta
E o que venta Comigo lá, venta cá
Sou brasileira, guerreira
Não tô de bobeira
Não pague pra ver
Porque vai ficar quente a chapa...
Você não vai ter sossego na vida, seu moço
Se me der um tapa
Da dona "Maria da Penha"
Você não escapa
O bicho pegou, não tem mais a banca
De dar cesta básica, amor
Vacilou, tá na tranca
Respeito, afinal, é bom e eu gosto
Saia do meu pé
Ou eu te mando a lei na lata, seu mané
Bater em mulher é onda de otário
Não gosta do artigo, meu bem
Sai logo do armário
Não vem que eu não sou
Mulher de ficar escutando esculacho
Aqui o buraco é mais embaixo
A nossa paixão já foi tarde
Cantou pra subir, Deus a tenha
Se der mais um passo
Eu te passo a "Maria da Penha"
Você quer voltar pro meu mundo
Mas eu já troquei minha senha
Dá linha, malandro
Que eu te mando a "Maria da Penha"
Não quer se dar mal, se contenha
Sou fogo onde você é lenha
Não manda o seu casco
Que eu te tasco a "Maria da Penha"
Se quer um conselho, não venha
Com essa arrogância ferrenha
Vai dar com a cara
Bem na mão da "Maria da Penha"

(Música "Maria da Penha", Cantora Alcione)
(Composição Paulinho Resende e Evandro Lima)

RESUMO

O tema desenvolvido nesta dissertação é referente à violência contra a mulher. Esse é um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. O objetivo do estudo foi compreender alguns dos aspectos psicossociais das mulheres em situação de violência por companheiros íntimos e as dificuldades para desvencilhar desses relacionamentos abusivos. Para completar este estudo têm-se os seguintes objetivos específicos: compreender a dinâmica psíquica da mulher sujeita à violência; investigar aspectos dos relacionamentos abusivos das mulheres com seus companheiros, através de uma leitura psicanalítica. A metodologia utilizada foi qualitativa, envolvendo estudos teóricos e pesquisa de campo, com entrevistas a mulheres atendidas no ambulatório/rede Para elas, Por elas, Por eles, Por nós. Os resultados apontaram que a violência contra a mulher é multifatorial, no entanto atravessado por questões psíquicas importantes que delimitam escolhas e constroem dinâmicas relacionais. Esse estudo subsidia a necessidade de mais pesquisas sobre os aspectos psicossociais das mulheres, e dos relacionamentos conjugais/afetivos, bem como implementar políticas públicas para inserção do agressor nos projetos de violência, e aperfeiçoar as redes de acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidades e violências.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Violência conjugal. Psicossocial.

ABSTRACT

The theme developed in this dissertation regarding violence against women. This is a serious public health problem in Brazil and worldwide. The aim of the study was to understand the psychosocial aspects of women in situations of intimate partner violence and the difficult aspects to disentangle from these abusive relationships. To complete this study have the following specific objectives: to understand the psychic dynamics of women subjected to violence; investigate aspects of women's abusive relationships with their partners through a psychoanalytic reading. The methodology used was qualitative, involving theoretical studies and field research, with interviews with women from the Project Para elas, Por elas, Por eles, Por nós... The results pointed out that violence against women is multifactorial, however, crossed by important psychic issues that delimit choices and build relational dynamics. This study supports the need for more research on women's psychosocial aspects and marital / affective relationships. As well as implement public policies to insert the aggressor in projects of violence against women, and improve the welcoming networks of women in situations of vulnerability and violence.

Keywords: violence against women; marital violence; psychosocial.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BO	Boletim de ocorrência
CDC	Centros para Controle de Doenças
CERSAM	Centro de Referência em Saúde Mental
CSSFA	Casa de Saúde São Francisco de Assis
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos
ESF	Estratégia Saúde da Família
HC	Hospital das clínicas
FHEMIG	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
HJXXIII	Hospital João XXIII
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
WHO	<i>World Health Organization</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	18
2.1 Objetivo geral	18
2.2 Objetivos específicos	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO	19
3.1 Considerações sobre a violência	19
3.1.2 A violência contra a mulher	22
3.1.3 Formas de violência contra a mulher por parceiro íntimo	24
3.2 Relacionamento conjugal e psicanálise	29
3.2.1 Amor e suas dores	29
3.2.2 Escolha do objeto amoroso para a psicanálise	31
3.3 Relacionamento conjugal e seus impasses	34
3.3.1 Relacionamento conjugal	34
3.3.2 Mulheres e suas dificuldades frente o rompimento de relacionamento abusivo	42
4 METODOLOGIA	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
5.1 Caracterização das participantes entrevistadas	50
5.2 Apresentação e análise dos resultados das entrevistas	50
5.3 O entendimento da mulher frente às violências sofridas	51
5.4 O relacionamento conjugal abusivo	53
5.5 Aspectos psicossociais que sustentam a mulher em uma relação conjugal violenta	54
5.7 A rede de atendimento às mulheres	59
5.8 O projeto Para Elas, modelo transformador	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE: Roteiro de entrevista para pacientes	76

1 INTRODUÇÃO

A violência é um tema relevante na atualidade, é um problema que preocupa a comunidade acadêmica, os setores da saúde e setores dos governos em geral.

A violência contra a mulher tem ganhado força e espaço cada dia mais no campo dos direitos humanos, da psicologia, das ciências sociais e de várias áreas da saúde. Diariamente, os jornais apresentam altos índices de violência dando a impressão de se estar vivendo uma exacerbação da brutalidade em suas mais diversas formas.

As questões relativas à violência contra mulher são atuais e se tornou uma epidemia, o que merece destaque dentre as temáticas abordadas, visto que não são produzidos muitos estudos dentro desta abordagem que se pretende verificar.

O tema desenvolvido nesta dissertação é referente a mulheres e violência, uma vez que esta problemática, vista nas mais diversas formas, tornou-se grave problema de cunho social no Brasil e no mundo, que afeta a saúde individual e coletiva das mulheres, sendo responsável por grave quadro de morbimortalidade e pela perda de qualidade de vida em todos os ciclos. Além disso, é uma das mais significativas causas da desestruturação familiar e pessoal. Sua elevada prevalência é evidente, assim como é notória a necessidade de oferecer atenção e cuidado às mulheres que vivenciam tais condições. (MELO *et al.*, 2007).

Ademais, a violência não se resume às delinquências e suas formas culturalmente naturalizadas de agressões intrafamiliares, interpessoais, de discriminações raciais, abusos e de dominação ou contra grupos específicos, como homossexuais, crianças, mulheres, idosos, deficientes físicos, subsistem em um ambiente sociocultural adverso em que as pessoas são frequentemente, vítimas de exclusão e de lesões físicas e emocionais (MINAYO, 2006). Todas essas formas potencializadoras da violência social são amplas e se alimentam dela. Em momentos diferentes, podemos ser aqueles que sofrem ou aqueles que praticam a violência em suas muitas formas.

O que se pode afirmar é que “a violência nos aflige a todos, cidadãos de todo o mundo”. E neste sentido, também merece ser evidenciado que indubitavelmente, em referência ao comportamento humano, é “aquele que mais nos rouba a condição humana; por isso se impõe como um grande desafio a exigir superação e, para tanto, a participação e contribuição de todos (MELO, 2010, p. 12).

Nessa dissertação optou-se por não utilizar a nomenclatura “vítima”. A expressão “mulher em situação de violência” vem sendo utilizada já há algum tempo, pois é crucial que a mulher não seja aprisionada à armadilha da vitimização, que a coloca em uma posição passiva mediante o outro, algoz e ativo e lhe nega a condição de sujeito de sua vida. Contudo, esse vitimismo ainda se faz presente no cenário brasileiro, nas práticas, discursos e estudos sobre o tema.

O interesse pelo tema foi consolidado pela vivência dos processos pessoais e profissionais, que a cada dia são motivadores de novos estudos para a melhoria profissional e pessoal.

A vivência clínica no atendimento a mulheres em situação de violência, servidoras assediadas, abusadas de diversas formas, mulheres asiladas, hanseníacas egressas de preventórios em instituições como FHEMIG, CERSAM, além da participação no do projeto Para Elas, Por Elas, Por Eles, Por Nós, embasaram a busca mais vigorosa por subsídios que pudessem oferecer algum alívio a estas dores bem como ferramentas para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Esta pesquisa é parte integrante do projeto intitulado “Acolhimento qualificado de mulher em situação de violência” do Programa de Pós-Graduação de Promoção de Saúde e Prevenção Preventiva e Social/FM/UFMG, e coordenado pela Professora Dra. Elza Melo. O projeto Para Elas, Por elas, Por eles, Por nós acontece no Ambulatório de Ginecologia do Hospital das Clínicas (HC) e é uma parceria das Secretarias Municipais de Belo Horizonte, de Saúde e de Assistência Social. Sua inauguração aconteceu em setembro de 2016 é uma extensão do mestrado de

Promoção de Saúde e Prevenção de Violência permaneceu por um ano na prática e depois se tornou disciplina do mestrado.

O projeto visa à promoção de saúde na abordagem da mulher em situação de violência e vulnerabilidade e, conseqüentemente, busca atingir a prevenção da violência, que parece estar ascendente na sociedade atual. Promove uma prática integrativa embasada na ação comunicativa. Recebem mulheres, homens, filhos, profissionais, como o nome diz é para todos. Cada um com sua individualidade, com suas diversificadas histórias, mas que culminam em sofrimento devido às violências vivenciadas. Cada um, micro nesse espaço, se faz macro para ajudar no enfrentamento das vulnerabilidades e violências.

O “Para Elas” possui diversas especialidades, médicos, psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, uma equipe multidisciplinar, mediação de conflitos, reich, teatro, inglês, espaço para as crianças, uma fantástica roda de conversa que acontece durante os vários atendimentos. É um projeto realmente diferenciado, o que pôde ser comprovado nas entrevistas realizadas neste estudo.

Em busca de melhor compreender os aspectos psicossociais que acometem as mulheres em situação de violência por parceiro íntimo e da sua dificuldade de se desvincularem do relacionamento abusivo é que se justifica a escolha do tema em pauta. Pretende-se descrever, a partir deste estudo, meios para melhor compreensão sobre a temática apresentada, de forma a contribuir para mudanças futuras, ou seja, para auxiliar as mulheres a se desvencilharem da violência.

Baseado neste arcabouço apresentado, este estudo apresentou a seguinte questão norteadora: Porque as mulheres que sofrem violências por parceiros íntimos têm dificuldades de desvencilhar desses relacionamentos abusivos?

Para responder à pergunta base, foi utilizada metodologia qualitativa, tendo por procedimento metodológico entrevistas em profundidade com mulheres em situação de violência pelo companheiro.

Assim, esta dissertação buscou compreender o processo de construção psicossocial da mulher. Para alcançar nosso objetivo, teremos como referencial teórico, a psicanálise. Ademais, é válido esclarecer que um dos caminhos deste trabalho não é o de conceber a mulher como ser passivo, amorfo dentro da relação conjugal violenta, mas procurar entendê-la a partir de uma visão psicodinâmica, ou seja, como um sujeito com demandas psicológicas ativas e interativas, capaz de operar no mundo de acordo com suas necessidades.

Tocada pelas histórias de violência contra a mulher por parceiro íntimo e, incomodada com a falta de locais que acolheram essas mulheres, passou-se a questionar, como a saúde poderia acolher essas mulheres e, como, seria um cuidado eficaz para as mulheres vítimas de violência. Sendo assim, por meio da presente pesquisa, propõe-se estudar as diversidades de situações que levam a mulher a não conseguir se desvencilhar da violência por parceiro íntimo, propondo um acolhimento mais adequado no cuidado com essas mulheres.

Diante do grave problema de saúde pública que se tornou a violência contra a mulher por parceiro íntimo, justifica-se a relevância da pesquisa, somada à preocupação e comprometimento das mulheres em situação de violência, envolvidos com a qualidade da assistência integral à saúde da mulher em situação de violência, tornando se necessário, compreender os aspectos psicossociais dessa dinâmica conjugal de violências.

Assim, a presente dissertação foi estruturada em seis capítulos. A busca não foi a de analisar mulheres culpadas, responsáveis ou assujeitadas, mas aquelas com características psíquicas constitutivas particulares que as mantêm na relação conjugal violenta.

O primeiro capítulo apresenta uma introdução com a justificativa e importância da temática apresentada.

No segundo capítulo, foi realizada uma revisão da literatura sobre a violência contra a mulher apontando a busca à violência como resposta nas relações afetivas frágeis.

Buscou, também, ajuda na psicanálise para a compreensão dos relacionamentos amorosos: as dores do amor, a escolha do objeto amoroso, e o amor e contemporaneidade.

No *terceiro* capítulo foram contextualizados os objetivos destinados a essa dissertação.

No quarto capítulo foi trabalhada a metodologia, descreveu-se as entrevistas em profundidade realizadas.

No quinto, foram analisados os resultados e discutidos sobre as entrevistas em profundidade realizadas com as mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. As parcerias amorosas constituídas ao longo da vida situam-se no encontro sempre faltoso do sujeito com a sexualidade e é a expressão de motivações inconscientes. Sob a ótica da psicanálise não existem modos uniformizados de resposta. As saídas serão sempre individuais e dependerão da constituição subjetiva de cada sujeito.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar aspectos psicossociais de mulheres em situação de violências por parceiros íntimos, atendidas no Ambulatório Para elas de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, e suas dificuldades de superação.

2.2 Objetivos específicos

- a. Compreender a dinâmica psíquica da mulher sujeita à violência.
- b. Estudar as dificuldades das mulheres de se desvencilhar dos relacionamentos abusivos à luz de uma leitura psicanalítica.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Considerações sobre a violência

Algumas entidades têm sido responsáveis pelas especificações da violência, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde relatou, em 2005, que a manifestação da violência, bem como sua gênese, é um fenômeno sócio histórico que acompanha toda a existência humana.

A palavra violência é de origem latina que vem da palavra “vis”, a qual significa força, superioridade física sobre o outro, uma busca pelo poder e domínio. Segundo a OMS:

A violência é o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (OMS, 2007, p. 1165)

O que se pode afirmar é que “a violência nos aflige a todos, cidadãos de todo o mundo” (...) “é aquele [comportamento] que mais nos rouba a condição humana; por isso se impõe como um grande desafio a exigir superação e, para tanto, a participação e contribuição de todos” (MELO, 2010, p. 12).

Na sociedade atual a violência é incontestável. Sem rumo histórico, parecemos estar imersos numa crise de sentido nunca vista de tal forma anteriormente, como se não dispuséssemos de posição ética capaz de nortear a nossa existência e que possa cessar a desmesurada onda de violência que observamos em todas as camadas da sociedade. Situação que muitas vezes nos levam a pensar que a violência acompanha a história da humanidade, com suas guerras, corrupções, domínio e poder (LEVY; CECCARELLI; DIAS, 2017).

A sensação de que a violência nunca foi tão grande se deve, acreditamos, a razões eminentemente narcísicas: sofremos agora, porque é agora que somos ameaçados. Não temos condições de avaliar os sofrimentos concretos em épocas do passado, pela simples razão de que não estávamos lá. Do ponto de vista da circulação pulsional e do princípio do prazer, não sabemos se existe alguma diferença no que diz respeito, por exemplo, às configurações da angústia e ao sentimento de culpa na Idade

Média, quando tudo estava garantido e funcionava segundo a vontade de Deus, na modernidade, onde a ciência garantia tudo, ou na pós-modernidade, onde não há garantias (LEVY; CECCARELLI; DIAS, 2017, p. 44).

A violência é um problema mundial, que é reconhecido desde os primórdios da humanidade (DAHLBERG; KRUG, 2006; MINAYO, 2005). É um fenômeno estrutural e intrínseco à civilização. (GOMES *et al.*, 2015; VISENTIN *et al.*, 2015).

Para Melo (2016), a violência é definida como a ameaça ou uso de violência física, sexual, psicológica/emocional e/ou de mecanismos de controle e dominação, intimidação, humilhação, exercida pelo companheiro, atual ou anterior, dentro do casamento, de uniões estáveis ou mesmo do namoro.

A violência é mutante, multifatorial, sofre a influência de épocas, locais, circunstâncias e realidades divergentes, cada vez mais complexas e ao mesmo tempo mais fragmentadas e articuladas (MINAYO 2003, SOUZA, 2003).

A violência gera consequências nas dimensões física e psicológica, individual e coletiva, sendo criadas políticas e práticas para intervenções específicas e eficazes nesse setor (DAHLBERG; KRUG, 2006; GOMES *et al.*, 2015; MINAYO, 2005; STÖCKL *et al.*, 2013; VISENTIN *et al.*, 2015).

Wieviorka (2006) assinala a importância de se entender a violência na atualidade, pois suas expressões mudam e assim mudam as percepções e os comportamentos em relação a ela.

Na década de 1980, as mortes por violência e acidentes, denominadas de causas externas de mortalidade, passaram a ser a segunda causa de morte no Brasil. As causas externas da violência estão entre os mais graves problemas de saúde pública a ser enfrentado. Os indivíduos entre cinco a 39 anos, são os mais atingidos causando impacto entre a população economicamente ativa e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico e social do país.

Além disso, o conceito ampliado de saúde, que abrange todas as questões relativas a estilos de vida e condicionantes sociais, inclui a violência como um problema que interfere na qualidade de vida, o que a tornou um problema de saúde pública a ser enfrentado e compreendido (BRASIL, 2001).

As consequências são enormes tanto para o sistema de saúde como para a sociedade, por causa dos prejuízos econômicos provocados pela ausência ao trabalho e pelos anos potenciais de vida perdidos, assim como do alto custo emocional que marca as mulheres, famílias e comunidades. E há também o medo, impeditivo, tolhendo a liberdade, causando angústia e conseqüentemente gerando violência (MELO, 2010, p. 4).

No Brasil, desde o início até nossos dias, vive-se em um contexto de muita violência - genocídio dos indígenas pelos portugueses; escravidão africana de quatro séculos; coronelismo no campo; universo do favor e do clientelismo; política enquanto lugar majoritário dos homens; proibição às mulheres de votarem até 1930; ditaduras civis e militares até 1980; violência na questão fundiária (FANINI; SANTOS; GNOATO, 2017).

Nos anos de 1980 e 2006, a mortalidade por causas externas registrou um aumento dos homicídios, que passaram de 13.910, para 48.600 óbitos, classificando o Brasil de segundo para o primeiro país na posição de óbitos entre as causas externas em 2006 (BRASIL, 2008). Já no ano de 2013, o mapa da violência apresentou relatório onde o Brasil ocupou a terceira posição (WAISELFISZ, 2015).

Para Ceccarelli (2002), o aumento da violência é fato, mas a mídia dá ênfase a estes:

A História da Humanidade nos ensina que a violência, em suas várias versões, sempre existiu: os conflitos, em maior ou melhor escala, são incontáveis; queimavam-se as bruxas e enforcavam-se os criminosos em praça públicas, e tantas outras coisas. Entretanto, o que caracteriza a violência nos dias de hoje é que ela vem sendo utilizada como uma forma - às vezes a única - de dar vazão à crescente insatisfação social, que pode começar na própria casa, com a qual o indivíduo vê-se cotidianamente confrontado (CECCARELLI, 2002, p. 1).

Segundo Minayo (2010), violência é compreendida em vários cenários e de diversas formas não apenas nas delinquências. Como a violência contra a mulher que foi naturalizada culturalmente.

3.1.2 A violência contra a mulher

É sabido que a violência contra a mulher existe desde os primórdios da humanidade, não é uma situação recente. Isso acontece principalmente numa sociedade machista e patriarcal, como é a que se vive atualmente. É baseada na desigualdade da relação de poder entre homem e mulher, sobre a subordinação e inferioridade da mulher frente ao homem.

A violência contra mulher associa-se ao domínio doméstico, espaços sociais epidemiológicos estabelecidos (SCARANTO; BIAZEVIC; MICHEL-CROSAT, 2007), está ligada à família, segurança, lealdade, companheirismo. As mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo podem apresentar problemas psicológicos, sendo os sintomas mais frequentes: depressão, ansiedade, tristeza, perda da autoestima, labilidade emocional, fadiga permanente (ROVINSKI; CRUZ, 2009).

Segundo Melo *et al.* (2007, p.?),

A violência contra a mulher é um problema global de saúde pública de raízes sociais profundas e de graves consequências para a saúde e bem-estar das mulheres, com importante repercussão econômica e social, características que a transformam em foco de atenção internacional, nacional, regional e local.

Pode ocorrer em qualquer espaço e ser perpetrada por diferentes pessoas, sendo a grande maioria dos casos causada pelo parceiro e/ou por familiares, dando lugar à violência por parceiro íntimo e/ou violência doméstica.

Muitas vidas perdidas, seja pela morte ou por alguma forma de incapacidade, devido à violência contra a mulher, tornando essa temática um problema complexo

(GOMES *et al.*, 2015; STÖCKL *et al.*, 2013; WHO, 2013). Esse fenômeno impacta diretamente na vida social e econômica dos envolvidos (VIEIRA *et al.*, 2011).

A violência sofrida pela mulher é impactante a todos os membros da família causando sequelas não só para as mulheres como para todos, crianças, adolescentes, podendo se tornar um ciclo contínuo do problema, sendo passada de geração a geração (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

Estudos mostram que a dinâmica das famílias é diretamente influenciada pelas violências sofridas neste núcleo. Geram consequências no âmbito doméstico, e influenciam todo o contexto familiar, principalmente os filhos. A criança que vivencia ou é exposta à violência pode desencadear falhas no seu desenvolvimento psíquico, como também problemas de saúde, predisposição a comportamentos violentos, além de ser um fator de risco para a manutenção da violência em seus relacionamentos (AFIFI *et al.*, 2016; CROMBACH; BAMBONYÉ, 2015; ISLAM *et al.*, 2014; WEARICK-SILVA *et al.*, 2014; WILLIAMS; SANTINI; D’AFFONSECA, 2014).

Através de mudanças nos modelos de educação dos pais, a transmissão transgeracional de fatores negativos, como agressividade e vitimização, podem ser interrompidos, ao inserir modelos de relações de afeto e melhor comunicação (SANTINI; WILLIAMS, 2016; WEBER *et al.*, 2006; WILLIAMS; SANTINI; D’AFFONSECA, 2014).

As relações interpessoais marcadas pela violência são resultados de uma sociedade complexa, na qual estão presentes a hierarquia e a desigualdade, fazendo parte de um contexto cultural moldado por práticas discriminatórias e violentas.

Na sociedade tem-se um estigma que o diferente é inferiorizado podendo ser alvo de violências, os ditos mais frágeis como crianças, mulheres e idosos. Todos os sujeitos são diferentes quanto à classe, ao gênero, às gerações, raça/ etnia.

Nas diferenças inclui-se que o gênero é um dos fatores determinantes para a construção da legislação nacional com o objetivo de tentar coibir a violência contra a mulher.

No Brasil, a utilização do gênero como categoria de análise passou a ser incorporada nos estudos feministas sobre a mulher nos anos 1980 e início dos anos 1990, influenciada pelas discussões que vinham sendo travadas no cenário internacional, em especial na Europa e mais particularmente na França, assim como no continente Norte-Americano, centradas no questionamento do paradigma do patriarcado, segundo o qual papéis sociais rígidos eram atribuídos a homens e mulheres e explicados pela existência de uma ordem social masculina (Corrêa 2001).

O gênero, visto como relação socialmente construída entre os sexos, paulatinamente substituiu a categoria “mulher”, anteriormente empregada pelos estudos feministas. Sem dúvida, a introdução dessa nova categoria analítica representou um grande avanço e inaugurou um novo olhar nos estudos sobre a mulher, visto que a partir da perspectiva do gênero o foco dos trabalhos e pesquisas nessa área foi deslocado para a análise do feminino e do masculino como construções sociais (BRITO; REIS, 2011).

Não se pode deixar de citar os avanços alcançados nos últimos anos referentes à divulgação da temática, elaboração de políticas públicas e leis, mas que ainda há muito a se fazer no tocante ao enfrentamento da violência contra a mulher.

3.1.3 Formas de violência contra a mulher por parceiro íntimo

Mais de 4 mil mulheres morreram em 2013 no Brasil, a maioria delas (33,2%) vítimas de parceiros íntimos. Existem inúmeros motivos que podem ser causadores das violências sofridas pelas mulheres como ciúmes, ódio, possessividade, vingança, sentimento de frustração ou de perda de objeto — sendo este último um retorno ao ponto crucial da constituição subjetiva.

As políticas públicas sendo dispositivo único e exclusivo para dar proteção às mulheres em situação de violência é uma utopia: é preciso o envolvimento de toda a

rede como já estabelecido pelas legislações, mas também que os atores dessas cenas se convoquem a alguma transformação, mudança de posição frente a violência. O judiciário tem um simbolismo muito forte, apresenta proteção simbólica, pela qual demonstra “justiça” para uma sociedade completamente desamparada. Principalmente em relação às mulheres em situação de violência por parceiro íntimo.

Existem as leis efetivas, não somente jurídicas, mas também sociais. No entanto, estas não podem se tornar um refúgio de esperança para a inexistência de crimes contra a mulher.

Ao mesmo tempo recorrer à justiça muitas vezes é admitir que tal questão falhou, isto é, é validar de forma subjetiva o fracasso e considerar como solução para o problema exclusivamente a punição. Importante nesse momento, como Filipe (não sei se cabe isso aqui) demonstrou, a importância de um agente preparado nessa porta de entrada da mulher na justiça.

Pode-se refletir que existe um aparato legal que poderia minimizar o alto índice de violência como a Lei 11.340/2006 Maria da Penha. Há também entre outras do judiciário e também políticas públicas de saúde envolvidas nessa temática.

A lei Maria da Penha foi criada a partir da história de violência conjugal sofrida pela farmacêutica, brasileira Maria da Penha Maia Fernandes. Esta propõe proteger todas as mulheres contra atos abusivos, contra violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Mesmo a partir da lei citada e do avanço trazido por ela, o aumento da violência contra a mulher perpetua, chegando à atualidade a uma epidemia (SILVA; JOFFER, 2017).

O Brasil em 2001, devido ao caso da farmacêutica, foi condenado “pela comissão OEA por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica contra a mulher”.

Em decorrência da luta dessa mulher, violentada por seu marido, criou-se a lei 11.340/2006 Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, em vigência desde setembro do mesmo ano. Segundo a cartilha “Lei Maria da Penha: do papel para a

vida” (CORTÊS; MATOS, 2009) a Lei foi criada pelo fato de a legislação brasileira não corresponder de forma adequada à realidade, visto que esta mesma sociedade não dava proteção às mulheres e nem punição aos agressores.

A comissão também recomendou realizar investigações sobre as irregularidades e atrasos no processo, além de reparar Maria pela falha do estado, e orientar o governo brasileiro aderir a uma política pública voltada para a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher. Foi a partir daí que o Brasil criou um novo dispositivo legal, que pudesse trazer maior efeito na prevenção e punição da violência doméstica no país.

A Lei Maria da Penha veio com o objetivo de punir com mais rigor os agressores contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, a violência de gênero, considerada a mais preocupante questão sociocultural, com propósito de criar mecanismos para coibir a violência contra a mulher.

Porém, a justiça brasileira não considerava este artigo na maioria dos julgamentos, já que o próprio artigo não englobava a complexidade da violência doméstica, de gênero em seus diversos aspectos.

A lei 11.340/2006 propõe uma mudança social e seu ponto crucial ao combate a estes atos é a transparência, uma vez que a violência acontece no ambiente doméstico e, diante disso, se torna totalmente invisível, pois sua configuração social de lar é sagrado, permitindo que a sociedade machista e conservadora utilize os 27 jargões em briga de marido e mulher não se mete a colher;

Podemos perceber que a proposta da Lei para a implementação das políticas públicas que previnem a violência doméstica e familiar teria grande resultado em nossa sociedade, mas para nosso incômodo, tais propostas não são realizadas???

A lei impõe que as mulheres em situação de violência sejam inseridas em programas sociais a serem determinados pelo juiz e que o Estado deverá propiciar

condições para que sejam cumpridas as medidas propostas na Lei. (CORTÊS e MATOS, 2009) Com a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a partir da promulgação da Lei 9.099/1995, a situação dos crimes domésticos se deparou com maiores dificuldades, uma vez que a Lei julgava a infração de agressão doméstica como de menor potencial ofensivo, com penas.

Apesar de seu texto apoiar uma maior pena para crimes contra mulher, este apoio se restringe às formas de violência que acontecem apenas no ambiente doméstico, na esfera familiar, ou qualquer que seja a relação íntima, como nos mostra o art. Pode-se falar em vários tipos de violência:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas

ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, LEI 11.340/2006).

A violência física é aquela que agrava e altera por força o corpo da mulher, podendo ser empurrões, tapas, socos, pontapés, puxões de cabelo, entre outras agressões.

É importante considerar que a violência psicológica é pouco reconhecida, como percebido nos estudos e entrevistas dessa dissertação, que discutiremos adiante. Esta forma de violência acompanha 90% das vezes os relatos sobre formas físicas ou sexuais de violência.

A violência psicológica é dificilmente identificada já que é camuflada por ações que aparentemente não se relacionam com a violência em sentido amplo, também por existir vínculos afetivos entre a vítima e o agressor, ou porque muitos só consideram violência doméstica quando há violência física.

Contudo a violência doméstica contra a mulher é muito frequente, embora haja medidas ao seu combate. Vale ressaltar que mesmo constatados altos índices de violência, muitas mulheres insistem em manter sigilo diante da agressão pelo seu companheiro mesmo tendo conhecimento do suporte do ordenamento jurídico. Situação que interfere na vida da mulher, dos filhos e da sociedade. Visto que a não notificação influi na construção de políticas públicas. A maioria dos casos de feminicídio é praticada pelos parceiros íntimos. Ainda na atualidade muitas mulheres procuram ajuda, mas em algumas situações há um despreparo dos profissionais na identificação ou no reconhecimento da violência (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

A violência contra a mulher muitas vezes pode ser caracterizada por sua invisibilidade, pois acontece principalmente no âmbito privado e é perpetrada pelo parceiro. Por isso, muitas agressões não geram atendimentos, o que leva à falta de informações sobre as agressões. O resultado dessa situação é a subnumeração de dados da realidade, contribuindo para reforçar a invisibilidade da violência contra a mulher. Nota-se que o sofrimento gerado por esse fenômeno é a principal e a pior de suas consequências. Dessa forma, as ações necessárias perante a ocorrência da violência envolvem diversos setores, como os de saúde, assistência social, poder judiciário, bem como organizações não governamentais (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Embora a violência contra as mulheres possa ser subnotificada, devido aos tabus, preconceitos, medos vergonha, não entram para as estatísticas porque não são denunciadas. As mulheres em algumas situações não denunciam: devido ao

descrédito, perfil público do autor, vínculo afetivo “ele vai mudar”, vergonha da exposição e machismo.

A compreensão da história da violência e sua repercussão na vida da mulher em situação de violência perpetrada por seu parceiro possibilita observar a dimensão do comportamento violento e suas consequências. Estas em curto e médio prazo na vida da família, de modo a entender as influências que o modelo parental de origem pode ter na vida do indivíduo. Além disso, compreender como a saúde se insere no contexto da violência permitirá a criação de futuras intervenções para romper este comportamento e melhorar a qualidade de vida de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo (PEREIRA 2017).

Para melhorar os altos índices de violência contra a mulher por parceiro íntimo, é necessário uma interação entre os órgãos competentes, e juntamente com a mulher decidam quais seriam as estratégias adequadas para solucionar cada caso, incluindo ativamente a mulher na responsabilidade pelo destino de sua vida.

Sendo assim, entende-se que para as mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, apesar de muitos avanços, o assunto ainda precisa ser aprimorado de forma integral e humanizado.

3.2 Relacionamento conjugal e psicanálise

3.2.1 Amor e suas dores

Desde o início dos tempos homens e mulheres se relacionam. Haja vista se pensarmos em Adão e Eva. Na história da humanidade, um dos mais desejados sentimentos pelos indivíduos é o amor. Este muitas vezes é sentido como a razão de viver e de sofrer, e responsável tanto pelas felicidades quanto pelas mazelas da vida do sujeito (OLTRAMAR, 2009). O amor sempre foi um tema de relevância e debate em diversas áreas do saber, desde a antiguidade até a contemporaneidade, com importância significativa para os sujeitos (MAY, 2012). Amor (do latim *amore*) é uma

emoção ou sentimento, que faz um indivíduo desejar o outro. A partir de debates e amadurecimento do saber, o tema passou a fazer parte do campo da ciência.

O amor é um tema importante para as relações conjugais, principalmente sob o olhar da psicologia e da psicanálise. O precursor dessa temática no campo da psicologia foi Freud, sugerindo que o amor é primordial na construção dos vínculos afetivos. Freud ([1910] 1970; [1912] 1970; [1918] 1970).

A sociedade vem modificando, e foram também sendo alterados os valores com o passar dos anos. Na obra “*A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*” Lasch ([1979] 1983) propõe que:

O conseqüente enfraquecimento dos vínculos sociais, com origem nas condições de bem-estar social, reflete também uma defesa narcisista contra a dependência Lasch ([1979] 1983).

Nos últimos tempos os relacionamentos conjugais/amorosos vêm se modificando. No processo subjetivo de amar estão implicados a entrega, a perda; é fundamental na economia narcísica (BIRMAN, 1997, p.229). Em alguns relacionamentos o valor do indivíduo passa a ser somente valorizado enquanto supre os desejos do outro:

No modelo dito “tradicional”, homens e mulheres tinham lugares e funções bem definidas. O pai, que trabalhava fora, dirigia o carro e passeava com a família nos finais de semana — *cabeça da família* —, era o provedor que detinha um poder inquestionável. Os cuidados da casa — a comida, a faxina, enfim, o necessário para que o bem-estar de todos fosse o melhor possível — eram garantidos pela *rainha do lar*. Neste arranjo, todos pareciam felizes e tudo concordava com uma ordem imutável. Unidos para sempre, “para o melhor e para o pior”, pelos laços sagrados do matrimônio, as desavenças do casal não constituíam ameaças à estabilidade do lar. Até hoje este modelo é defendido por muitos como o único capaz de sustentar a ordem social e de produzir subjetivações sadias (CECCARELLI, 2007, p. 94, grifos do autor).

O amor torna-se fundamental para a formação e manutenção da identidade, num espaço individual e subjetivo (COSTA, 1998).

Para a Psicanálise o amor é sentimento e ação de investimento de energia psíquica (libido) sobre um objeto. O amor é fonte de prazer e alicerce da construção permanente da identidade. O seu fracasso pesa sobre essas

duas condições básicas para o bem-estar psíquico humano (FREUD, [1914] 1996a).

As escolhas direcionadas pelo amor ou a falta dele traça caminhos, tece destinos, faz a saúde, ou adocece os sujeitos.

3.2.2 Escolha do objeto amoroso para a psicanálise

Nortear-se-á este texto com a pergunta: como se dá, no caso da mulher, a escolha do parceiro amoroso? Para Freud, a escolha do parceiro tem suas raízes na relação pré-edipiana com os pais:

[...] muitas mulheres escolhem o marido conforme o modelo do pai, ou o põem no lugar no pai, mas repetem com ele, no casamento, a má relação com a mãe. Ele deveria herdar a relação com o pai; mas, na realidade, herda aquela com a mãe (FREUD, [1933], 1980, p. 208).

Quando se fala em psicanálise sobre objeto ou escolha de objeto sugere-se falar de amor. A mãe ou a pessoa que ocupa esse papel é o primeiro objeto de amor de ambos os sexos; essa relação com o primeiro objeto de amor estabelecerá nos sujeitos as bases da capacidade de amar ao longo da vida. (Freud 1940)

Para Freud ([1914] 1996a), as escolhas de objeto se dão segundo duas modalidades: "amor narcísico" e "amor anaclítico" (ou por apoio). O desamparo provoca nos sujeitos a busca pelo amor que antes dava garantias de proteção contra todas as ameaças externas, mesmo que garantias imaginárias.

Para Casadore:

O sujeito no "amor narcísico" ama alguém que só pode ser amado por reproduzir sua própria imagem; ama a si mesmo, refletido no outro. O contrário acontece com o "amor anaclítico", o objeto externo alvo do amor é percebido como diferente; por isso é considerado já um amor altruísta, voltado para o outro (CASADORE; HASHIMOTO, 2012).

Freud, em suas pesquisas sobre a escolha de um objeto de amor, propôs que só é possível quando o indivíduo tem a sua energia libidinal voltada para si mesmo. A

partir disso Freud ([1914] 1996a) infere que o narcisismo é importante no desenrolar das relações amorosas. Para o sujeito o objeto de amor é escolhido a partir do que falta em si próprio.

Se o sujeito, entretanto, já experimentou as 'dádivas' do narcisismo primário, ele vai se esforçar em preservar sua manutenção. Vale dizer, ele tenderá a abolir as diferenças em direção a um amor narcísico. O narcisismo é um conceito psicanalítico; é o sujeito que admira exageradamente sua própria imagem:

Não há satisfação substitutiva que repare nosso narcisismo abandonado. Todo contexto social – independentemente do modo de produção – pode criar situações que levam a uma ruptura do laço social produzindo violência, que é constitutiva da cultura, pois é erigida sobre a renúncia, que nunca é total, embora em cada época, em cada cultura, e em cada contexto sócio-histórico, ela se apresente com uma face própria. Há no interior de uma massa uma ligação libidinal entre os membros, que permite suportar a especificidade do outro. O narcisismo das pequenas diferenças, que distinguiria os integrantes ao instaurar uma mútua hostilidade, fica como que suspenso no interior da massa. E em sua primeira versão, 'tabu do isolamento pessoal', mostra-se, inclusive, uma oposição à formação da massa, pois esta exige "ligações libidinais entre os seus camaradas" (FREUD, [1921] 1996, p. 58)

Freud (1940) analisa e esclarece sobre as ambivalências de sentimentos, afetos e desejos, que se deslocam na defesa de algumas sensações inconscientes, aparentemente corriqueiras na vida de todos os indivíduos.

Em relacionamentos em que estão envolvidos fortes ligações emocionais, percebe-se que com o amor há uma hostilidade. Pode-se falar em ambivalência das emoções humanas. Essa ambivalência está presente em maior ou menor grau no sujeito, conscientes ou inconscientes.

Freud sugere que as relações amorosas, estão carregadas de hostilidade. O recalque é um mecanismo que por vezes impede que a hostilidade apareça:

A história das origens e relações do amor nos permite compreender como é que amor com tanta frequência se manifesta como 'ambivalente' – isto é, acompanhado de impulsos de ódio contra o mesmo objeto (FREUD, [1914] 1996a, p.161, grifo do autor).

A existência de uma inclinação para a agressão leva a supor que ela está presente em todos os seres humanos. Esse fator dificulta os relacionamentos interpessoais. Para Freud (1930), as paixões são muitas vezes mais poderosas que a razão. Nesse sentido, revela que é necessário estabelecer limites para os impulsos agressivos do homem, mantendo-os sob controle, por meio de métodos destinados a incitar identificações entre as pessoas.

Em *“Porque a guerra”*, Freud ([1933] 1980) acredita que a pulsão de morte poderia gerar a violência, existente na natureza humana e nas relações sociais. O sujeito que não tem contatos sociais e, tem o sentimento de não ser amado, estão propensos à agressão.

Assim os sentimentos de amor (Eros) e o ódio (Thanatos), controlam o sujeito em sua vida social. A agressividade visível é a manifestação exterior da invisível pulsão de morte. Para Freud, todo sujeito tem tanto a possibilidade de amar quanto a possibilidade de odiar, segundo os conceitos de Eros e Thanatos.

A escolha apaixonada de objeto de amor, inconscientemente, revela uma captura narcísica:

No desapaixonamento, com a queda dos ideais narcísicos projetados, o valor do objeto pode desabar. A relação amorosa permanece depois de decantar a paixão, quando o eu consegue transpor o estado narcísico para o estado da alteridade e reconhecer no outro alguém para amar (FREUD, ([1914] 1996b, p.?).

As dores do amor têm conduzido milhares de mulheres ao adoecimento, isto porque, o amor idealizado se torna um ato de violência. Sendo assim, amor e violência, visivelmente, seriam termos antagônicos, mas ambos se conectam apropriadamente naquela expressão popular muito conhecida, “amor rima com dor”, no qual as relações violentas parecem chegar às últimas consequências (FREITAS, 2012).

Do ponto de vista da psicanálise, as parcerias amorosas constituídas ao longo da vida situam-se no encontro sempre faltoso do sujeito com o outro e é a expressão de motivações inconscientes. A teoria do recalque assinala, ainda, que as representações inconscientes podem ser reeditadas nas vinculações afetivas atuais, daí a importância da psicanálise como um dos modelos explicativos para a permanência de homens e mulheres em relações amorosas calcadas na violência e permeadas por prazer e dor.

Contudo, o amor se sustenta sob a promessa de um estado de completude jamais alcançado que constitui em cada ser sua fantasia primordial. O que Freud(1931) também recorda é que, apesar de vinculado à ideia de felicidade, o amor é um sentimento que desacomoda o sujeito: move, impulsiona, desaloja. Ele precipita o indivíduo rumo ao encontro com o outro e à própria falta.

3.3 Relacionamento conjugal e seus impasses

3.3.1 Relacionamento conjugal

A violência e poder aparecem intimamente ligados nas relações interpessoais, principalmente as relacionadas a afetos e as de natureza íntima. Foucault (1979) desenvolveu a concepção que parece ser aquela mais próxima com o entendimento da complexa dinâmica envolvida nas relações amorosas violentas Segundo Foucault, para a compreensão do poder, não pode tomá-lo:

[...] como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer a sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p.183).

A dinâmica interna de relações conjugais pautadas na violência, ainda que muitas vezes a mulher se encontre em uma condição desigual de poder em relação ao

homem, também pode passar a exercê-lo em diferentes momentos, e de diferentes formas.

Os estudos mais recentes vêm, portanto, deslocando o foco de suas análises, antes, centrado na violência dos homens contra as mulheres para a relação homem/mulher.

Apesar dos avanços, as políticas públicas voltadas à violência contra a mulher ainda encontram-se, basicamente, voltadas ao atendimento à mulher em situação de violência conjugal, deixando o outro pólo da relação, que configura como “agressor”, fora dessas políticas. Além disso, tais políticas parecem ser construídas ainda a partir de uma visão dicotômica entre “vítima” e “agressor”, apesar da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) trazer no inciso V de seu art. 35 a previsão de centros de educação e reabilitação para os agressores.

É importante considerar os marcadores, uma vez que tais dados podem também, contribuir para o entendimento da posição de assujeitamento e silenciamento da mulher frente à violência que vivenciam em suas relações amorosas, bem como da posição de resistência que pode assumir por meio do desenvolvimento de estratégias que possibilitem o rompimento com a relação abusiva. As mulheres agredidas por seus companheiros, mesmo após tentativas de separação, boletins de ocorrência e medidas protetivas retornam a viver com seus agressores, isso é comprovado por pesquisas (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 9).

Ao questionar os motivos que levaram um indivíduo a optar por um ou por outro parceiro, estes irão responder conforme a sua percepção consciente, como, por exemplo, peculiaridades pessoais do companheiro ou companheira.

As relações que um sujeito estabelece com o outro, decorrem das relações fundantes do próprio Eu, dos seus registros pessoais e dos recursos que desenvolveu, associando sua genética com os modelos de aprendizagem transmitidos pelos pais e pela sociedade. Um relacionamento conjugal é resultado

das posturas assumidas, das experiências durante a vida, e também sofrem grande impacto de fatores internos.

É importante considerar o sujeito não apenas na sua individualidade mas compreender que faz parte de um núcleo familiar de um meio social. Constitui-se a partir do que recebeu de seus familiares. A identidade do indivíduo é influenciada não só por heranças familiares, mas também por questões sociais, econômicas e culturais, próprias do contexto de inserção de sua família (MALUSCHKE-BUCHER, 2008).

Para estudar os relacionamentos conjugais violentos é importante compreender, não apenas os indivíduos e suas dificuldades, mas considerar a interdependência destes com o meio em que está inserido (Muniz e Eisenstein, 2009).

Barreto *et al.* (2009) referem que é necessário:

Compreender a violência em seu nascimento e desenvolvimento histórico, pois ela não ocorre por acaso, também sendo aprendida através da transmissão geracional. Seria como se existisse uma reprodução do modelo de educação que foi recebido dos pais na infância, ou também uma “perpetuação transgeracional do ciclo da violência” (BARRETO, 2009, p.85).

Narvaz e Koller (2004) acreditam que, através da transgeracionalidade da violência, as mulheres escrevem sua história individual e familiar. Na atualidade alguns estudiosos consideram que um dos fatores que influenciam a violência contra a mulher é a transmissão transgeracional.

De acordo com Bucher e Maluschke (2008), a transgeracionalidade é passada de geração a geração de forma inconsciente às vezes. A transgeracionalidade é importante na constituição subjetiva e na construção de vida dos indivíduos. Freud mencionava a transmissão psíquica na constituição do sujeito desde os trabalhos de 1912/1913.

A transmissão psíquica para Kaës (1998) ajuda a refletir sobre:

O que é que me vem do outro, que me é transmitido, e que eu transmito - ou transfiro - a que me submeto, do qual me benefício, ou que me arruína, do qual posso ou não me constituir herdeiro? E o que me vem de alguns outros?" (p.6). O que se transmite, por um lado, é o referente ao "negativo", ou seja, "preferencialmente o que não contém, aquilo que não se retém, aquilo de que não se lembra, como a vergonha, a falta, a doença, o recalçamento, os objetos perdidos e ainda enlutados" (p. 9)... Mas, transmite-se também "aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação das formas e os processos que envolvem a complexidade da vida: ideais, mecanismos de defesa, identificações, certezas, dúvidas" (p. 9).

Muitos estudiosos sugerem grande influência das heranças familiares advindas da família de origem na constituição dos relacionamentos conjugais.

Os estudos realizados por Wagner e Falcke (2001) confirmaram uma grande tendência à repetição de padrões de relacionamentos vivenciados na infância sendo reeditados nos relacionamentos conjugais.

A transmissão de padrões abusivos de relação é estudada por alguns teóricos e considerada um processo transgeracional dentro da família original (NARVAZ; KOLLER, 2006; VON SMIGAY, 2001). Alguns teóricos denominam este fenômeno também como aprendizagem social que, de acordo com esta perspectiva, justificaria tanto o comportamento violento do agressor quanto a manutenção de vínculos repetitivos e doentios por parte da mulher em situação de violência, visto que ambos já teriam vivenciado histórias prévias de agressões no seio da família no processo de socialização de gênero ao qual foram expostos.

A violência tende a ser ascendente e funciona em círculo, pois determinados fatores têm sido preconizados como tendo influência sobre a dificuldade da mulher em romper os laços com aquele que a agride. Vicente (1999) cita como exemplo o medo de sofrer novas agressões e de ficar sozinha, dependência econômica, crença de que os parceiros vão mudar, repercussões de uma separação sobre a vida da família e dos filhos, isolamento social, falta de recursos na comunidade, dentre outros. Ademais, alguns estudos apontam, ainda, a existência de fatores de ordem subjetiva que falam de cada sujeito e de sua economia psíquica (CERRUTI; ROSA, 2008).

Assim, pode ser observada que as várias explicações têm sido buscadas para dar conta da questão da violência contra a mulher, hoje considerada como um fenômeno social complexo que demanda a intervenção de várias áreas, como medicina, saúde pública, psicologia, justiça, dentre outras, para o entendimento da violência contra a mulher e, em especial, daquela que ocorre no âmbito das relações íntimas de afeto. Entretanto, devido à complexidade de tais relações, acredita-se ser necessário abordá-las também sob a perspectiva da constituição psíquica dos sujeitos, interessando aqui mais especificamente a posição subjetiva da mulher. Para tanto, será feita uma breve incursão pela psicanálise destacando alguns aspectos desta teoria considerados importantes à compreensão do feminino.

Freud ([1914] 1996b) aponta duas fases que vão caracterizar o narcisismo, sendo uma delas o narcisismo primário, período do desenvolvimento psicosexual infantil no qual ainda não há uma diferenciação entre o ego e os objetos externos. Nesta fase, a satisfação pulsional provém do próprio corpo e a criança toma a si própria como objeto de amor, investindo toda a libido em si mesma. O narcisismo primário configura-se, segundo Freud, uma herança do ideal narcísico dos pais reinvestido na criança, passando a ocupar o lugar do que ficou perdido na vida dos pais.

Já a segunda fase é descrita por Freud ([1914] 1996b), como narcisismo secundário, em que o bebê já consegue estabelecer uma diferenciação entre ele e o mundo externo, bem como identificar quem poderá satisfazer suas necessidades e que passará a constituir-se objeto de investimento de suas pulsões parciais. Todavia no narcisismo secundário, ocorre um retorno ao ego da libido retirada dos investimentos objetais. A criança ao nascer é completamente dependente dos cuidados do outro, que supre suas necessidades, manifestadas sob a forma de tensões que só podem ser resolvidas por algo vindo de fora. O alívio da tensão e o prazer advindo da satisfação das necessidades dar-se-ão pelo desejo do outro. Esta experiência fica inscrita no inconsciente, podendo ser acionada a qualquer momento, além de constituir-se fundamental às escolhas objetais futuras. Ainda segundo o autor, o conceito de ideal do ego, se diferencia do ego ideal característico da onipotência infantil do narcisismo primário, ao referirem-se à importância do investimento paterno para a constituição do ideal do ego.

O narcisismo é fundamental à estruturação do complexo de Édipo e da identidade sexual do sujeito. Freud(1940) foi o primeiro a apontar a sexualidade humana, pautada nas fantasias infantis, como o principal elemento estruturante da subjetividade (CERRUTI; ROSA, 2008). Baseada na teoria freudiana, o complexo de Édipo constitui-se a base para os relacionamentos afetivos futuros do sujeito e sua inserção no mundo social. Nessa concepção, as principais estruturas psíquicas encontradas a partir do complexo de Édipo são a neurose, a psicose e a perversão.

Para embasar essa reflexão, será tomada particularmente a estrutura da neurose, na perspectiva de entender o modo de funcionamento psíquico das mulheres assujeitadas em suas relações afetivas. A teoria do complexo de Édipo, crucial na concepção freudiana, se configura pelo conflito que se estabelece entre a busca do prazer representado pelo desejo para com a mãe, primeiro objeto de amor tanto da menina quanto do menino, e a interdição pela função paterna que, detentora do poder, afasta a criança de sua fonte de prazer original.

Para a resolução do Édipo tanto a ameaça de castração quanto o recalçamento irão desempenhar um papel muito importante. No menino esta ameaça é representada pelo medo de perder o objeto fálico (pênis), ao passo que na menina a castração é decorrente da percepção de não ser possuidora deste objeto valorizado (falo), do qual o menino é detentor. Já o recalçamento remete o sujeito à renúncia de seus desejos primitivos relacionados aos seus objetos de amor primordiais, possibilitando a busca de outros objetos substitutos e parciais (Freud 1931).

As funções materna e paterna são fundamentais para o processo de subjetivação do sujeito. A materna é responsável por suprir as necessidades e demandas do bebê, investindo-o afetivamente - “mãe suficientemente boa”, na concepção de Winnicott (1975), que possibilita a entrada do pai (função paterna) na relação fusional existente entre ela (mãe) e o bebê, permitindo que o pai produza um corte nessa célula narcísica, com a introdução da lei, da interdição. A função paterna, dessa maneira, além de remeter a criança à sua falta originária, isto é, à separação de seu primeiro objeto de amor primordial, é responsável também por introduzir a lei, marca

que separa o sujeito do outro e possibilita sua entrada no universo simbólico, tornando possível a busca de objetos substitutos que visem preencher o vazio de sua condição de sujeito “faltante”, decorrente da castração simbólica.

Diante dos caminhos descobertos pela psicanálise para o entendimento do processo de subjetivação das mulheres em situação de violência nas relações afetivas, o olhar sobre o universo feminino é pautado pelo pressuposto de que o ser está implicado naquilo que vivencia, como sujeito subjetivo, um sujeito da linguagem capaz de significar e ressignificar suas experiências amorosas.

Nesse sentido, a escuta do psicólogo pode desempenhar um papel importante, de modo a possibilitar que essas mulheres percebam que estão implicadas em suas escolhas amorosas. Tais escolhas constituem-se no seu próprio sintoma e, como tal, portam a marca de desejos primitivos e dos engates neuróticos inscritos em seu psiquismo.

Muito frequentes são as situações inicialmente de dúvida da mulher quanto à formulação legal de uma denúncia contra seu parceiro, assim como as tentativas de desistir em levar adiante o processo criminal contra aquele com quem mantém alguma parceria amorosa. Nos casos que redundam em prisão preventiva do agente da agressão, geralmente por descumprimento de medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, não menos raras são as manifestações de arrependimento por parte da mulher e as demonstrações de interesse de que o réu preso seja colocado em liberdade.

Na violência contra a mulher por parceiro íntimo pode estar presentes várias atitudes violentas como: agressão física, assédio psicológico, atos sexuais forçados (ACOSTA; GOMES; BARLEM, 2013); é comum a violência psicológica já acontecer nos relacionamentos não sendo percebida, anteriormente a agressão física (COLOSSI; FALCKE, 2013; SALIS; SALWEN; O’LEARY, 2014), devido a uma naturalização da violência.

Percebe-se a importância de se refletir sobre as condições de subjetivação dessas mulheres diante da violência em seus relacionamentos. E futuramente um novo estudo sobre esses casais que vivem juntos, mas em situação de violência. A repetição nas escolhas amorosas, são marcadas por uma constante emergência da violência. Não conseguem condições de elaboração e simbolização, constituindo assim um eixo traumático.

Na tentativa de elucidar o que acontece com mulheres que permanecem em relações violentas, ou com aquelas que rompem com esse tipo de relação, envolvendo-se, entretanto, recorrentemente em relacionamentos amorosos que apresentam o mesmo perfil dos anteriores, Freud (1940) diz que todo amor é uma repetição, visto que não existe amor que não reproduza o protótipo infantil.

No artigo “*Recordar, repetir e elaborar*”, Freud ([1914] 1996c) faz pela primeira vez referência ao conceito psicanalítico da compulsão à repetição, central para o entendimento do funcionamento neurótico e da elaboração psíquica. Sabe-se que as fantasias inconscientes ligadas aos objetos primordiais de amor quando não elaboradas psiquicamente repetem-se, incansavelmente, tanto nas relações transferenciais com o analista, quanto nas demais relações afetivas mantidas pelo sujeito, na tentativa de reacender o prazer originário. A compulsão à repetição é, portanto, uma maneira de recordar e não deve ser tratada como algo do passado, mas sim como algo que se atualiza nas situações vivenciadas pelo sujeito em sua vida presente e no processo transferencial com o analista.

Freud remete essa repetição, não a “destino maligno”, mas de uma condição à repetição e “determinado por influências infantis primitivas” (FREUD, [1920] 1987, p. 35).

As violências são reeditadas nas vidas das mulheres em vários aspectos; para atender o outro abdicam de um desejo, submetem-se às palavras agressivas e quando percebem seus corpos já estão passivamente sofrendo atos de violência. E em alguns casos, o limite da violência é a morte.

A mulher que assume uma posição de submissão na relação com o parceiro agressor reflete o que Freud ([1914] 1987, p.105) “propõe sobre o estado de apaixonamento de um sujeito, onde há um “empobrecimento do ego em relação à libido em favor do objeto amoroso”. O mesmo acontece com muitas mulheres que se colocam à disposição do companheiro, dando tudo sem limites, até se sacrificando para tal condição “de apaixonamento”.

As repetidas violências que passam uma mulher, favorece para que sintam um profundo desamparo e falta de recursos para conseguir sair da posição subjetiva; o desejo passa a ser vivido como expressão da pulsão.

As mulheres em relacionamentos abusivos, seja com parceiros íntimos, no trabalho ou na família podem ser compreendidas a partir da psicanálise, que são comportamentos vivenciados na infância, que são reeditados na vida adulta.

3.3.2 Mulheres e suas dificuldades frente o rompimento de relacionamento abusivo

Como visto no decorrer desta dissertação antes de refletir sobre este assunto foi importante compreender como se faz as escolhas amorosas sob o olhar da psicanálise.

A compreensão do que é a violência conjugal é importante, como também identificar uma relação marcada pela violência. A violência, muitas vezes, é silenciada devido à vergonha, a dificuldade de separar, aos filhos, e outros fatores (DIAS, 2002). Uma mulher pode, por muito tempo, vivenciar uma relação abusiva que lhe traz dor e sofrimento, sem nunca prestar queixa das agressões sofridas, em muitas situações não reconhecem ao menos que estão sofrendo violências.

Com os estudos dessa dissertação percebeu-se que a violência contra a mulher é multifatorial, no entanto é importante um olhar mais atento aos aspectos psicossociais envolvidos nessa situação. Não se pode pensar esse medo como algo também subjetivo? Medo do retorno aos sentimentos de abandono?

Para Ceccarelli, “a sociedade vê o casamento, a família tradicional” como parte de uma vida de “sucesso”.

Assumir que essa relação tem problemas é um passo difícil para muitas mulheres. No modelo dito “tradicional”, homens e mulheres tinham lugares e funções bem definidas (CECCARELLI, 2007, p.92).

Logo, é imprescindível que o fenômeno da violência contra a mulher seja compreendido também, através de relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Daí a necessidade de buscar novas relações sociais, não mais regidas pelo poder e dominação, mas sim pela reciprocidade entre os sexos, ratificando a igualdade da condição humana de ambos.

As mulheres que decidem interromper o relacionamento com companheiro violento, interrompem também alguns sonhos, ideais de um relacionamento, de uma família. É importante o entendimento dos profissionais que frente a um término de relacionamento conjugal têm-se ganhos, saída de uma condição desumana, mas também há perdas por mais estranho que possa parecer.

A resposta a esse importante questionamento, sobre a permanência das mulheres que sofrem violência por parceiro íntimo e/ou as dificuldades de desvencilhar desses relacionamentos, parece ir além dos fatores econômicos, sociais e culturais. Do questionamento acima pode-se refletir sobre as elaborações psíquicas vivenciadas na relação primitiva entre os primeiros objetos.

Nesta etapa, a menina tem a mãe como objeto amoroso. Quando se vê desprovida do pênis, e descobre que sua mãe se encontra na mesma posição, a menina se decepciona, atribuindo à mãe ódio por sua incompletude e desprovidimento de poder, voltando-se para o pai, detentor do falo e que poderá restituí-la, tornando-a completa (FREUD, [1931] 1996, p.

Mais do que a união de duas pessoas, é a união de duas histórias de vida, com sonhos, desejos e metas que precisam deixar de ser individuais para serem compartilhadas entre o casal. É esse compartilhamento que vai possibilitar que uma união se efetive ou não. Além disso, todo relacionamento é permeado por desejos

inconscientes e por mitos que não são reconhecidos e que, certamente, influenciarão o futuro do casal. Os indivíduos possuem uma exigência interna de se unir ao outro, procurando desenvolver ao longo da vida, os indivíduos buscam relacionamentos estáveis, A violência é influenciada pelo meio social e cultural dos sujeitos. Nos relacionamentos afetivos conjugais a violência é algo surpreendente, mesmo sendo frequente, deixando marcas profundas nos envolvidos (D'OLIVEIRA *et al.*, 2009; SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010; SCHRAIBER *et al.*, 2007).

O aprimoramento de estudos nessa área propõe contribuir para uma melhor compreensão das mulheres que permanecem ou tem dificuldade de se desvencilhar desses relacionamentos abusivos com parceiros íntimos, como também possibilitar aos órgãos responsáveis pela proteção das mulheres, uma melhor compreensão e atendimento das mesmas; provendo mais instrumentos para o trabalho com essa população. Avançar nas pesquisas sobre esse tema pode proporcionar aos profissionais, às mulheres, aos homens e à sociedade possibilidades de intervenções mais eficazes para esse sério problema de saúde pública.

4 METODOLOGIA

Neste estudo utilizou-se como recursos metodológicos a pesquisa qualitativa buscando compreender os aspectos psicossociais da mulher que sofre violência por parceiro íntimo. É importante ressaltar que a pesquisa qualitativa possui a habilidade de aprofundar o conhecimento sobre o objeto de análise, propiciando uma melhor compreensão dos fenômenos. Para Taquette e Villela (2017, p.8) estudos qualitativos são importantes para o esclarecimento de dimensões subjetivas, que permitem “apreensão da realidade social, história, significados, motivos, crenças e valores dos atores sociais”.

Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o assunto tendo em vista: a) teorias sobre a violência contra a mulher, histórico até a atualidade, discutindo o sofrimento causado por relações abusivas; b) teorias sobre os aspectos subjetivos psicossociais das mulheres, fundamentais para estudar a origem dessas relações; c) textos que dialogam com a psicanálise e/ou com a saúde pública, com ênfase na prevenção e tratamento das mulheres, homens e familiares envolvidos com relações violentas.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com mulheres que sofreram violência por parceiro íntimo, que participavam das atividades multiprofissionais do Ambulatório Para Elas. As entrevistas em profundidade “estão relacionadas com os sentimentos, pensamentos e lembranças do entrevistado, sua intensidade e intimidade” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.183)

Os sujeitos da pesquisa foram as mulheres atendidas no ambulatório Promoção à Saúde da Mulher em Situação de Vulnerabilidade/Para Elas de Belo Horizonte, Minas Gerais, totalizando uma amostra de três mulheres que sofreram violência do companheiro.

A pesquisa foi desenvolvida no Ambulatório de Promoção à Saúde da Mulher em Situação de Vulnerabilidades/Para Elas por meio do Programa de Pós-Graduação

de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, Instituto Jenny Faria/HC. Tal iniciativa faz parte de um Projeto intitulado “Para Elas, Por Elas, Por Eles e Por Nós” em parceria com Hospital das Clínicas e a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria de Assistência Social, sendo campo de prática para os alunos do Programa de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da UFMG.

O critério adotado para a inclusão das mulheres na pesquisa foram as que tinham sofrido violência pelo parceiro íntimo, adesão à roda de conversa e também de acordo com a assiduidade no projeto “Para Elas”, referido ao período de 02/2018 a 02/2019. Os critérios de exclusão incluíram as que tinham pouca adesão ao projeto e as que não sofriam violência por companheiro.

Após a seleção das mulheres, a psicóloga responsável pela pesquisa fez contato com estas sobre a possibilidade de sua participação nas entrevistas.

A pesquisadora fez o convite por meio de abordagem pessoal durante a roda de conversa no ambulatório e também por contato telefônico. Nesses contatos iniciais foram agendadas entrevistas com quatro mulheres em local reservado no Ambulatório Genny Farias e no prédio da UFMG Campus Saúde, em Belo Horizonte. Devido à dificuldade quanto a horários, uma das selecionadas não apresentou disponibilidade. O local e horário das entrevistas foram agendados de acordo com a disponibilidade de cada participante.

Na primeira abordagem explicou-se o objetivo da pesquisa e foi verificado o interesse e possibilidade da participação nas entrevistas como também a importância da sua participação para o desenvolvimento do estudo presente e de outros futuramente. Nesse contato três mulheres se recusaram a participar, disseram não estarem preparadas, outras ficaram de pensar e dar retorno, mas se desviaram do contato posterior com a entrevistadora.

Após a seleção e convite, foram agendadas entrevistas com quatro mulheres, com horários de acordo com a disponibilidade de cada participante. O local reservado e

sigiloso escolhido foi o Ambulatório Para Elas, Devido à dificuldade quanto a horários, uma das selecionadas não apresentou disponibilidade. As entrevistas ocorreram no período de 01/04/ 2019 a 10/04/2019, foram gravadas e posteriormente transcritas para análise. As entrevistas duraram aproximadamente uma hora, foi utilizado roteiro de entrevista para as mulheres (APÊNDICE A).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada que é definida por Gil (2017) como uma técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Minayo (2013) enfatiza que a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Essa técnica se mostra útil para a obtenção de informações acerca do que a pessoa sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes.

Foi adotada a entrevista em profundidade, guiada por relações de pontos de interesse em que o entrevistador explora ao longo de seu curso as construções das falas do entrevistado (APÊNDICE A). Nas entrevistas desse tipo, o diálogo é proposto, sendo um “espaço relacional privilegiado”, onde o pesquisador busca o protagonismo do participante. Outro componente importante nessas entrevistas é o reconhecimento da “intersubjetividade” presente na pesquisa qualitativa, com uma dimensão interativa do conhecimento. Esta dimensão defronta-se com a busca constante da coerência do pesquisador com a realidade pesquisada.

Será nesse espaço, criado e proposto pelo investigador, que o participante expressará livremente suas opiniões, vivências e emoções que constituem suas experiências de vida, cabendo ao pesquisador o contrapôs a transcrição do material coletado nas entrevistas, foi realizada a leitura flutuante dos conteúdos. Para isso, foi realizada a leitura do material em profundidade pela pesquisadora, para a identificação dos temas principais. Assim, quando se analisam em profundidade os dados, buscam-se as regularidades e os significados do tema.

A análise dos dados foi baseada na análise de conteúdo categorial dos temas encontrados nas entrevistas em profundidade. Segundo Bardin (1977), análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações”, tendo como finalidade principal a interpretação dessas comunicações.

O processo de análise das entrevistas compreendeu: transcrição das entrevistas; leitura das entrevistas transcritas visando identificar temas principais; identificação dos pontos relevantes sob a temática deste estudo; análise subjetiva dos depoimentos colhidos e discussão.

O estudo obedeceu rigorosamente às recomendações das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012 e 510/2016.

Pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (BRASIL, 2016, p. 4).

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais COEP/UFMG (CAEE: 14187513.0.0000.5149) (ANEXO A).

É importante frisar que as entrevistas somente foram realizadas após aprovação pelo COEP e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela entrevistada ou responsável. As entrevistas iniciaram-se com a leitura do Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE), ressaltando o caráter voluntário, sigiloso e a possibilidade de desistência a qualquer tempo, bem como o anonimato das participantes na divulgação dos resultados. Foi-lhes garantido que danos previsíveis seriam evitados; e o comprometimento em busca do máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos ao mesmo (BRASIL, 2016). Além disso, as entrevistadas foram informadas sobre os objetivos da pesquisa, métodos utilizados, riscos e benefícios da pesquisa, tudo isso de maneira clara, detalhada e com linguagem acessível. Também foi informado que a entrevista seria gravada e, após sua

transcrição, o áudio seria eliminado, sendo a transcrição armazenada por cinco anos.

A fim de manter o anonimato das entrevistadas foram criados nomes fictícios para as transcrições das falas que ilustram os resultados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Caracterização das participantes entrevistadas

É possível subjetivar ou resignificar o sofrimento da mulher agredida, que, como disse uma das entrevistadas, não conseguia se libertar do agressor? Ou subjetivar ou resignificar o sofrimento dos filhos ao presenciarem seus pais agredindo e às vezes até matando suas mães? Dos genitores presenciarem o sofrimento de suas filhas diante de um marido violento? As marcas deixadas pela violência, por aquele que ela escolheu um dia com um ideal de “príncipe” e hoje é um “monstro” agressor, de quem não consegue se libertar?

Se a carga emocional não é suficiente para se escutar o grito de socorro que essas mulheres emitem, pode-se apelar ao elevado ônus dos serviços de saúde e da sociedade causada por essa violência. Basta pensar na mulher que teve sua filha, ainda bebê, perdendo um pedaço do dedo, porque o pai durante uma briga com a esposa, após espancá-la, ainda bateu a porta decepando o dedo da criança.

As mulheres entrevistadas, do projeto “Para Elas”, foram consideradas as maiores contribuintes de conhecimentos adquiridos neste estudo. A proposta era, acima de tudo, escutar as dores e marcas psíquicas deixadas pelas violências perpetradas pelo parceiro íntimo.

5.2 Apresentação e análise dos resultados das entrevistas

As experiências das mulheres em situação de violência no Para Elas Ambulatório de Promoção de Saúde e Prevenção a Violência e Vulnerabilidades foram retratadas e problematizadas durante a entrevista.

Na análise dos dados emergiram quatro categorias, a saber:

- a) Categoria I – o entendimento da mulher frente às violências sofridas;
- b) Categoria II – o relacionamento conjugal abusivo;

- c) Categoria III – aspectos psicossociais que sustentam a mulher numa relação conjugal violenta;
- d) Categoria IV - a rede de atendimento para as mulheres;
- e) Categoria V – o projeto Para Elas como possibilidades de mudanças frente a violência

5.3 O entendimento da mulher frente às violências sofridas

A violência é um problema que interfere na integridade física e psíquica da mulher e das pessoas em torno desta. É considerada uma epidemia na contemporaneidade, sendo a causa de inúmeras mortes no mundo.

Nas entrevistas percebeu-se uma falha ou dificuldade frente ao que é violência. A violência parece ter sido naturalizada para elas, e em outras parecem estar também ligadas às experiências de violências vividas em suas famílias originais:

A minha mãe era um pouco mais nervosa, batia muito na gente, mas era muito carinhosa e dedicada. Meu pai era muito carinhoso, muito brincalhão, era uma criança com a gente, não batia porque ele fala que apanhou muito do pai dele e não queria descontar no filho aquilo que ele sofreu. Às vezes acobertava nossas travessuras para que minha mãe não batesse na gente. A última surra que ele me deu foi porque minha mãe forçou a ele me bater, porque senão me batesse ela iria me bater, e é claro que ele batia menos (ORQUÍDEA ROXA, 2019).

Percebeu-se também, a dificuldade no reconhecimento da violência psicológica. Enquanto não passa ao nível físico, as mulheres tendem a justificar e aceitar as violências sofridas. As respostas das mulheres à pergunta - quando você sofreu a primeira violência de seu companheiro? - corroboraram os estudos que alertam para a dificuldade de identificação da violência psicológica:

Ele me ameaçava com uma faca. Ele costuma ser assim, mas não passa disso [...] A primeira violência [...] hum [...] a primeira surra foi quando meu primeiro filho nasceu, estava com meses, aí ele me bateu. Ele marcou uma consulta Querida que eu fosse, mas eu não tinha condição de ir, aí ele me bateu. Eu estava de resguardo (ORQUÍDEA ROXA, 2019)

Nas entrevistas realizadas com mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, percebeu-se a importância de refletir e analisar os aspectos psicossociais das mulheres e suas dificuldades de desvencilhar do relacionamento abusivo. Detectou-se que serão necessários estudos sobre a dinâmica dos relacionamentos conjugais incluindo o homem.

A mãe batia de acordo. Depois que ela batia [...] eu sou a que tem o sono mais leve [...] aí a noite, eu ficava ouvindo ela ficava rezando e pedindo a Deus perdão, mas que ela tinha que educar a gente, ficava ouvindo ela falar, tinha que bater para educar. Mãe falava que batia para educar (ORQUIDEA ROXA, 2019).

Sabe, meu pai sempre foi muito violento tanto com minha mãe como com a gente. A relação era conturbada porque ele batia muito na gente, tinha essa violência com minha mãe, jogava água quente para queimar minha mãe, era muito violento (ORQUIDEA AMARELA, 2019).

A violência interfere no adequado desenvolvimento familiar, podendo ser perpetuada pelos filhos. Os elementos psicodinâmicos que se manifestam a partir da sua história familiar; como foi explicitado na dissertação, os conflitos edípicos e a relação de amor estabelecida com as primeiras figuras objetivas.

As mulheres entrevistadas que sofreram violência conjugal, conviveram com algum tipo de violência na infância, naturalizando-a. Isso reforça a hipótese da transgeracionalidade, de Bucher-Maluschke (2008), que salienta a ideia de que a formação dos indivíduos será influenciada não só por um conjunto de heranças familiares, mas também por outras heranças, como a social, econômica e cultural, num contexto de interação familiar. E as mulheres, que em sua infância foram testemunhas de violência entre seus genitores, seriam mais propensas a escolher parceiros violentos.

A influência da transgeracionalidade foi evidenciada na fala de algumas mulheres entrevistadas: “o que o meu pai fazia com minha mãe, passei um pouco com meu ex-marido” (ORQUÍDEA AMARELA, 2019). A efetividade das propostas quanto ao cuidado com as mulheres em situação de violência só serão adequadas, se considerarmos o desejo da mulher e a sua história, para então mudá-la a partir de

uma nova ordem, de uma nova economia pulsional e um novo discurso sobre o sofrimento.

Percebeu-se a partir dos dados coletados que as mulheres têm dificuldades de perceber as violências sutis, camufladas como ciúmes, proteção; a violência sexual parecem acreditar que como são esposas e companheiras devem estar sempre disponíveis para a relação sexual, e principalmente a violência psicológica. É importante uma pesquisa com as mulheres, para a compreensão do que estas nomeiam como violência.

5.4 O relacionamento conjugal abusivo

De acordo a com a entrevistada, Orquídea roxa, seu primeiro evento traumático que ela compreendia como violência conjugal, afirmou que:

A primeira surra foi quando meu primeiro filho nasceu, estava com meses. Aí ele me bateu, ele marcou uma consulta. Queria que eu fosse, mas eu não tinha condição de ir. Aí ele me bateu de novo. Eu não queria ir. Já tentou me enforçar. Já dormi com faca debaixo do colchão [...] Me bateu na rodoviária, me bateu numa festa de casamento. A última vez que me bateu entre muitas foi numa festa de casamento, ele era muito ciumento demais era doente, até hoje. Fomos os padrinhos, era baile na roça, eu não dancei, fui pegar e ele me chamou pra ir embora. Ele era ciumento doente, estava numa festa aí fui pegar minha filha no berço e esbarrei num homem. Fui pegar a filha no quarto e as minhas duas irmãs foram comigo até a porta. Ai minhas irmãs perceberam que ele ia me bater e uma delas falou com ele não fazer isso. Ele largou o braço dela, pegou uma pedra tacou na cabeça dela. Machucou e foi para o pronto socorro tomar ponto (ORQUÍDEA ROXA, 2019).

Baseado nesse relato compreendeu-se que muitas mulheres mantêm um ciclo de violência, envolvendo o machismo, a fragilidade da mulher e a questão do gênero. Isso indica a atualidade da questão que ainda permanece nos dias atuais. Levando em consideração os altos índices de violência praticados contra a mulher, os atuais estudos têm uma tendência a promover visibilidade de dimensões da vida comumente ocultas e intensamente dolorosas.

Além disso, ainda encontram-se pautados em uma visão dicotômica que coloca em pólos opostos “vítima” e “agressor”. Por isso, acabam por aprisionar a mulher em

uma posição passiva da qual ela às vezes pretende desvencilhar-se, ainda que, em muitos casos, essa posição se revele vacilante em função da cultura de gênero na qual ela se insere e da falta de reconhecimento da mulher de sua implicação subjetiva nas cenas de violência que protagoniza em suas parcerias amorosas.

5.5 Aspectos psicossociais que sustentam a mulher em uma relação conjugal violenta

Associando as entrevistas e a pesquisa bibliográfica, percebeu-se que, as mulheres são fortes para várias coisas: “sai do interior com 15 anos, com 18 consegue trazer a família, comprar apartamento, estudar, mas não consegue sair da relação abusiva” (ORQUÍDEA AMARELA, 2019). A outra cria os filhos, praticamente, sozinha: vence história de outros tipos de violências “manicomial, familiar”, mas tem dificuldade de sair, ou melhor, modificar sua posição frente ao ciclo da violência conjugal.

Eu larguei ele, mesmo naquela época eu arrumei emprego. Eu criava meus filhos e estava tudo bem, mas ele aparece me pedindo para voltar. Aí ele chorou, disse que ia suicidar. Eu fiquei com medo dele suicidar e eu ficar com culpa. Aí voltei para ele. Adivinha?! Passou nem uma semana me bateu de novo [...] (ORQUÍDEA ROXA, 2019).

Essas entrevistadas expressam as dificuldades além das questões externas.

Pode-se sugerir que essas mulheres vivenciam um sentimento de desamparo frente a separação desse companheiro. Segundo Freud (1926/1996), a experiência do desamparo molda a subjetividade e, alimenta a condição de dependência do parceiro íntimo, o que vem a se manifestar na resistência em romper a relação violenta e evitar que se reviva a dor do desamparo. Há uma dificuldade observada nesse ponto, que manifesta de diferentes formas para cada uma dessas mulheres, sobre as quais se coloca em evidência o medo da separação. Isso é explicitado nas respostas das entrevistadas: porque você permaneceu nesse relacionamento abusivo?

Eu separar? [...] tinha medo. Como ia sobreviver? [...] Não sabia viver sem ele, naquela época?! Medo! [...] eu procurei ajuda na polícia. A família não podia fazer nada. Só uma vez que foi intimado. No entanto, relata que ficou

separada por um tempo, conseguiu trabalhar, cuidar dos filhos, mas voltou o relacionamento, acreditava que ele ia mudar (ORQUIDEA ROXA, 2019).

Hoje eu fico pensando que[...] e achando que é por causa de filho, como vou separar e minha filhas e também por uma questão financeira, [...] mas é pela questão emocional mesmo, de achar que eu não ia dar conta sozinha, acho que o que mais pesava era o emocional a auto estima baixa assim baixíssima. Muito baixa debaixo do chão, como vou respirar sem essas pessoas. Era uma confusão de sentimentos [...] ele tinha essa questão violenta, mas tinha os lados bons [...] amor [...] uma confusão [...] que amor é esse?! Um amor estranho não é?! A primeira separação foi de corpos (ORQUIDEA AMARELA, 2019).

A Psicanálise não tem respostas prontas, não define o lugar da mulher ou indica como deve proceder. Ao contrário, oferece oportunidade de autoria e de autonomia, objetivando que a mulher se implique frente ao sofrimento. Partindo do princípio que cada sujeito é formado por suas particularidades, a clínica comparece como um mundo de possibilidades que convida a psicanálise a se fazer presente e recuperar o sentido, especificamente, humano na pesquisa.

A escolha de um companheiro e a manutenção dos relacionamentos está permeada por várias questões subjetivas. Compreender a experiência de mulheres com história de violência conjugal é lidar diretamente com o amor, com a dor, com a angústia, sentimentos que dominam a vida psíquica dos seres humanos, destacando-se na compreensão da subjetividade.

As relações conjugais estão arraigadas por valores sociais, culturais, sobre uma concepção de amor, casamento e felicidade. Idealizações exageradas que contribuem para a permanência da mulher nesse tipo de relação abusiva.

As políticas públicas apresentam algumas lacunas quanto à proposta capaz de atender às mulheres em sua individualidade. A partir desse estudo, identificou-se a necessidade de haver um olhar para as demandas subjetivas, as escutas das singularidades das mulheres, possibilitando assim, a compreensão, o acolhimento e, conseqüentemente, o resgate dos aspectos subjetivos, presente no discurso dessas mulheres marcadas pela violência.

Quando a violência se impõe em desfavor às trocas afetivas e à manutenção do ideal firmado sobre o casamento, vive-se uma perda narcísica, que ressoa como ameaça à imagem amada de si. O rompimento de uma relação violenta, significa abdicar de um ideal internalizado. O relacionamento conjugal é sustentado por idealizações e valores que são formadores da subjetividade dessas mulheres. Esses ideais e valores não podem ser modificados apenas a partir de uma orientação educativa. É preciso um conjunto de ações. É importante entender, também, que uma mudança de lugar e de discurso frente ao sofrimento, implica desejo e tempo – como é característico da clínica psicanalítica – exigindo uma escuta qualificada, capaz de promover a elaboração e resignificação dessas questões.

O que se repete entre essas mulheres é a dificuldade em romper com o vínculo abusivo com o companheiro. São mulheres com histórias singulares, enredos próprios, que assumem itinerários distintos em busca de uma resposta para a questão, pondo em evidência, a necessidade de uma escuta diferenciada, que considere as particularidades de cada uma e do inconsciente. Conforme informa Orquídea Amarela:

Eu me sentia culpada, sem força para sair da relação, eles vão minando nossas energias, deixam a gente como culpadas, ruins, me sentia a pior pessoa do mundo, uma inútil, feia. Ele me fazia acreditar que nunca ia arrumar alguém melhor do que ele, que ele era o melhor homem do mundo. Eu que era ruim (ORQUÍDEA AMARELA, 2019).

A dificuldade das mulheres para sustentar uma decisão que resulte em rompimento acaba favorecendo o grande número de desistências. Elas abandonam o processo psicoterápico, os processos na justiça, o que se coloca como desafio para os profissionais. Desta forma, há necessidade de repensar sobre as práticas que possam resultar num melhor trabalho de atenção a essas mulheres. A decisão de permanecer com o cônjuge não pode ser tomada como obstáculo para que se continue a intervir nos processos psíquicos.

A demanda por denunciar o companheiro ou romper a relação precisa ser direcionada pelo desejo da mulher e não dos técnicos que oferecem atendimento. Mesmo que elas decidam permanecer com o cônjuge, é possível fazer algo que

venha a contribuir com o processo de mudança na sua relação com o outro, criando alternativas de vida e de percepção das vicissitudes dos seus desejos.

Aí fomos numa advogada para separar, mas eu não dava conta, chegava no advogado achava que ele era o culpado como a terapeuta também era a culpada, fiz terapia por um ano até o dia que ela resolveu abrir a boca e falou que eu tinha que separar aí nunca mais eu voltei lá. Porque assim eu não dava conta disso, não era isso que eu queria ouvir [...] entendeu [...] eu não dava conta mesmo, não dava conta [...] por mais que tivesse motivos mil queria ouvir isso eu não dava conta de separar. (ORQUÍDEA AMARELA).

No entanto, compreender os aspectos psicossociais, a subjetividade e os paradoxos do amor, suas ambivalências e manifestações inerentes nos seres humanos e nas relações conjugais de mulheres que sofrem violências por parceiros íntimos, constitui um desafio para o campo da pesquisa acadêmica. Os fatores sociais, culturais, históricos e os aspectos psíquicos são uma combinação complexa que faz emergir a conduta violenta dos sujeitos. Poderia se pensar: tem o homem uma escolha em não agredir?

As políticas públicas referentes à violência contra a mulher parece ainda ter o que se transformar. A psicanálise pode ter um lugar nessa construção, fazendo uma leitura da vida psíquica das dores vivenciadas por essas mulheres que não conseguem ou têm dificuldades de se libertarem desses relacionamentos abusivos.

A falta de publicações sobre a permanência de mulheres em relacionamento violento e abusivo, é um ponto dificultador no campo de pesquisas sobre o tema. Esta questão foi considerada um ponto limitador neste estudo. Percebeu-se com a pesquisa a importância do desenvolvimento de estudos, projetos que possam minimizar os sofrimentos, as limitações e ampliar as informações acerca dessa temática.

Desta forma, o presente trabalho não se propôs esgotar a problemática da mulher em situação de violência por parceiro íntimo, e suas dificuldades de desvencilhar desse relacionamento abusivo. Mas pretendeu contribuir, como subsídio teórico, para maximização da compreensão acerca deste fenômeno, fomentando novos questionamentos e estudos acerca da mesma. Um olhar especial às subjetividades

implicadas nos relacionamentos conjugais em algum momento exerce algum tipo de poder

Conforme demonstram as entrevistadas, a primeira, Orquídea Amarela diz que: “Eu deixei ele de lado, quando vinha eu falava sai de perto de mim”. E a Orquídea Roxa diz que:

Um dia ele chegou muito bêbado, caiu um telefone do bolso dele. Peguei, anotei e pus no mesmo lugar e anotei o telefone. Assim que ele saiu para trabalhar fui longe, liguei para ela e falei: você ficou com o fulano na noite passado. Sou enfermeira e ele tem AIDS. Ela ficou doida. Ai, ele estava deitado na minha cama, aí ele falou eu tenho AIDS aí eu disse você foi lá [...]. Você foi lá [...] não alguém que estava perto do telefone ouviu e me contou (ORQUÍDEA ROXA, 2019).

Por outro lado, observam-se também outras posições, caracterizadas pelo enfrentamento da situação abusiva e violenta vivenciada em suas parcerias amorosas, como nos casos em que a mulher recorre à justiça com o intuito de reparar os danos físicos, psicológicos, morais e patrimoniais que porventura tenha sofrido na relação com o autor da agressão. Essa posição de resistência reflete-se muitas vezes em uma postura firme adotada pela mulher ao longo dos desdobramentos processuais posteriores.

A subjetividade dos sujeitos que protagonizam cenas de violência nas relações amorosas é, portanto, fruto de uma construção social e histórica e constitui-se um reflexo de sua vida inconsciente. O amor é sempre um terreno delicado e movediço que reacende fantasmas inconscientes (PRADO JÚNIOR, 2010).

Segundo Ceccarelli (2007), a sociedade reconhece o casamento como “família tradicional”, como sendo partes importantes para uma vida feliz de sucesso. Percebeu-se nas mulheres entrevistadas algumas falas que indicavam uma fantasia de “casamento família” que não pode ser desfeito.

No relato de Orquídea Roxa, ela contou que:

Meus filhos são revoltados por eu permanecer com o pai deles, que é um carrasco até hoje. Eles falam que eu não preciso dele igual quando eles eram crianças. Hoje sou aposentada, tenho eles para me ajudar se precisar, mas eu fico com dó. Quem vai cuidar dele? Ele não tem ninguém sou eu (ORQUÍDEA ROXA, 2019).

Cada caso é um tipo de violência diferente, mas é tudo igual, ou seja, o sofrimento, a dor são os mesmos. As situações que levam essas mulheres a estar com seus algozes, como observado na maioria dos relatos, é na maioria das vezes por medo da solidão. Logo em seguida o medo em relação à violência sofrida, isto é, as ameaças de morte não só delas como dos familiares. Questões financeiras assumindo o papel de provedora também assustam muito essas mulheres, com receio de não conseguirem cumprir esse papel de “arrimo”. Isso reflete diretamente na sociedade contemporânea.

Conforme afirma uma entrevistada:

Eu pensei que era um casamento, uma família que seria feliz [...] separar foi muito difícil [...] é até hoje. Eu queria que ele tivesse mudado talvez por isso me ceguei por tanto tempo. São sonhos de uma vida que foram construídos [...] e acabar assim [...]. Eu imaginava que fosse diferente. Que ele fosse mudar com o tempo (ORQUÍDEA AMARELA, 2019).

São múltiplos os fatores que levam as mulheres a sofrer a violência conjugal e a permanecerem em uma relação de caráter problemático, embora existam também importantes aspectos psicossociais que merecem mais estudos.

5.7 A rede de atendimento às mulheres

As mulheres entrevistadas alertam sobre a não identificação com os serviços de atenção primária, psicossociais e o aparato de proteção legal. Muitas mulheres procuram os serviços de saúde, algumas relatam a agressão, outras têm medo e/ou vergonha. Nesses serviços, frequentemente, são valorizadas as agressões físicas, não a violência em si, mas a lesão ou o dano causado por ela. Isto porque a lesão constitui o problema específico da área da saúde, deixando de lado os aspectos subjetivos, mesmo porque a maioria dos profissionais não está preparada ou não foi

capacitada para tais cuidados. As entrevistadas relatam, ainda, as dificuldades quanto ao acolhimento realizado na rede de saúde, no âmbito do poder judiciário. As mulheres em situação de violência, disseram que não se “sentiram bem acolhidas”, embora tenham uma grande esperança diante do boletim de ocorrência (BO).

Percebeu-se que as entrevistadas depositaram no boletim de ocorrência, toda sua esperança: esperança de um marido carinhoso, de um relacionamento saudável, ou mesmo de conseguir sair “magicamente” daquela relação abusiva. Essa busca na rede pública de apoio não seria o momento de verificar, de forma estruturada, o desejo dessa mulher? Exemplo disso é:

Eu custei a ter coragem pra ir à delegacia e lá nada resolveu. Fui ao posto, mas falei que cai. Não senti à vontade para falar. E ainda: não era aquilo que eu queria ouvir. Só queria passar um sustinho nele, achava que ele ia mudar (ORQUÍDEA ROXA, 2019).

Desse modo, em algumas situações, as mulheres relatam que, mesmo uma violência reconhecida, não é valorizada nos serviços de saúde. Favorece, assim, a invisibilidade desta, como fenômeno social, interferindo no processo de saúde/doença.

Verificou-se no estudo, que as mulheres, principalmente, nas primeiras denúncias, têm esperança de mudança no relacionamento conjugal e não apenas um afastamento do companheiro:

Nossa, a medida protetiva é péssima, fica aquele bipe fazendo eu lembrar dele toda hora [...] pois ele morava perto e não saiu. Então o que adiantou a medida? Eu também não sai [...]. (ORQUÍDEA AMARELA, 2019).

5.8 O projeto Para Elas, modelo transformador

Nesse estudo, as entrevistadas apontaram o projeto “Para elas” como um referencial diferenciador na trajetória percorrida pelas mulheres em situação de violência na

saúde, em busca de auxílio no que se refere ao fenômeno em questão: a violência conjugal. Segundo Day *et al.* (2003), a violência conjugal exige dos profissionais atitudes e ressalta tolerância e sensibilidade. Nos relatos das participantes isso foi observado:

O Projeto Para Elas significa o momento em que fui realmente incluída na sociedade. Antes, eu já buscava um grupo que considera a complexidade dos impactos da violência. Eu queria participar das reflexões para ajudar na recuperação também do meu corpo. Estava sentindo o meu corpo menos meu, porque ele foi violentado demais, durante tempo demais! Eu gosto de pensar que o encontro com cada pessoa que me acolheu no Para Elas já estava há muito tempo marcado. A violência não é um problema individual e sua solução precisa do abraço de um coletivo. E abraço é afeto, algo diferente de estigmatizar, culpabilizar, julgar e segregar sujeitos que querem se refazer. Agora, estou me sentindo de volta em mim, inteira no meu corpo, sentindo-o de um jeito! É bem emocionante e intenso, porque só agora, aos 35 anos, consigo me apresentar para o mundo. Com essa dignidade, sigo me desenvolvendo aos poucos, vencendo os desafios. Não estou mais sozinha e, participar de movimentos no “para elas” para prevenir a violência ressignificar toda a minha caminhada. Toda a luta pela vida até 2017 valeu a pena. Sei que a violência do mundo não terminou com este meu progresso. Mesmo assim, celebro cada respiração que hoje posso dar em paz (ORQUÍDEA BRANCA, 2019).

Então, surge a questão: Por que no “Para elas” essas mulheres se identificam mais? Será que é dado a elas o lugar da palavra, da escuta, em um tempo singular de cada uma, sem imposição.

Pode-se afirmar que, no projeto “Para elas”, essas mulheres se sentiram ouvidas, valorizadas. Constatou-se nas entrevistas que a escuta qualificada, a roda de conversa, as oficinas do “Para elas” e demais integrantes envolvidos no projeto foram essenciais para elas refletirem com mais clareza sobre as violências sofridas, possibilitando a construção de redes de proteção aos seus direitos e medidas de prevenção à violência conjugal. O projeto abriu espaço para a esperança de uma vida melhor, no qual as mulheres sentem-se empoderadas, com autoestima melhor, mais preparadas, em todos os sentidos, para enfrentarem a batalha por uma separação ou por um relacionamento melhor, ou seja, para serem mulheres donas de seus desejos, de suas vontades. Como se pode averiguar nos relatos, há a necessidade de práticas discursivas, elaboradas a partir dos contextos dos relacionamentos conjugais, tendo o homem como agressor, precisam de escuta.

É um projeto para elas pra mim está na minha história de vida. É uma coisa muito importante. Não é uma coisa qualquer, faz parte da minha vida. É um projeto de vida. O projeto para elas hoje faz parte da minha história. Talvez um dia eu tivesse chegado lá só com o intuito de me achar de me encontrar de encontrar um psicólogo para conversar, um advogado pra me ajudar nas minhas causas que estavam lá no fórum lá à deriva. Mas não foi só isso que aconteceu, foi para além. Foi muito para além disso. Lá consegui ser ouvida. Então eu fui ficando 2016 2017 2018 2019, e [...] com isso me trouxe [...] me trouxe muito conhecimento, muita autonomia, me trouxe muito empoderamento, me fez ver a vida por outros ângulos que eu não conseguia [...] Por outras possibilidades que quando eu cheguei eu não conseguia ver, me trouxe amigos e me trouxe muitas alegrias. O projeto para elas faz parte da minha história de vida hoje. (ORQUÍDEA AMARELA, 2019)

Para mim representa força, coragem, para que as mulheres vai em frente aprendendo a caminhar com as próprias pernas sem depender de ninguém, cuida de todos que sofrem violência. Ensina, ajuda incentiva. É um incentivo uma força, um apoio que a gente precisa e encontra lá (ORQUÍDEA ROXA, 2019).

Com a pesquisa realizada, foi possível perceber que o acolhimento para as mulheres é um momento importante. Conforme Mayorca, Borges e Barcellos (2014), a partir do acolhimento, se torna possível que o sujeito encontre os elementos que ficaram perdidos e que, recombinaos, são estratégicos no desenvolvimento das capacidades pessoais de resiliência e simbolização, assim como na elaboração criativa de um novo futuro. Nessa dissertação percebeu-se que não é tão simples assim como se apresentou na pergunta: Porque as mulheres que sofrem de violências perpetradas por parceiros íntimos têm dificuldades de desvincular desses relacionamentos abusivos? Constatou-se que a condição da mulher em situação de violência por parceiro íntimo é multifatorial, mas com questões subjetivas significativas que permeiam os relacionamentos conjugais abusivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação abordou a temática da violência contra a mulher por parceiro íntimo vislumbrando compreender os aspectos subjetivos destas em relação aos companheiros violentos. A conduta violenta é uma combinação complexa de fatores históricos, culturais, sociais, econômicos, e psicológicos, mas que deixam marcas internas e externas nas mulheres. É um tema atual e, analisado em vários campos do saber, se tornou uma problemática de saúde pública, com prevalência de taxas de morbimortalidade nas estatísticas mundiais.

Nessa pesquisa, buscou-se compreender o processo de construção psicossocial da mulher em situação de violência por parceiro íntimo, sob o arcabouço teórico da psicanálise. Para tal, apoiou-se nas contribuições teóricas e nas entrevistas, visando a análise da dinâmica psíquica dessas mulheres e a compreensão do caminho para a permanência delas na relação conjugal, bem como os aspectos que dificultam o rompimento dos laços amorosos violentos.

Podem-se elencar inúmeros prejuízos decorrentes da violência contra a mulher, que vão desde perdas materiais, como a destruição de objetos pessoais e outros bens, até a perda concreta da própria vida, passando por danos emocionais incalculáveis e irreparáveis. As consequências na saúde mental das mulheres resultantes da situação de violência por parceiro íntimo são fatores que contribuíram progressivamente, dificultando a conscientização quanto à violência sofrida, devido aos fatores psíquicos envolvidos. A naturalização dessas relações violentas são também a mudança de posição frente ao contexto de violência. Trata-se, portanto, de um tema complexo atravessado por questões de diferentes ordens, que afetam milhares de mulheres e pessoas e independe de classe social, mostrando-se presente, principalmente, no âmbito doméstico.

Em virtude dos aspectos analisados, conclui-se que as mulheres, inconscientemente, podem ter receio de romper o relacionamento devido à incapacidade de elaborar a ferida narcísica, permanecendo assim, numa relação

fusional de dependência. O fim da relação pode ser vivido como a perda de si, uma indiferenciação eu/outro.

É significativo trabalhar com a mulher em situação de violência por parceiro íntimo, pois envolve pensar na promoção da vida, na luta contra preconceitos e as formas dominantes e opressoras impostas, sobretudo, por sistemas que naturalizam e banalizam a violência contra a mulher. “Ela não separa, gosta de apanhar”, influenciando o aumento do sofrimento das mulheres em situação de violência que já não mais suportam as “dores do amor”, desamparadas pelas políticas públicas, desacreditadas por familiares e, até, por alguns meios públicos que se propõem a ajudá-las.

Ademais, as relações conjugais de mulheres que sofrem violências por parceiros íntimos, constitui um desafio no campo da pesquisa acadêmica. O amor, sob o olhar da psicanálise, já dissemos, está sempre buscando a completude perdida na passagem pela castração simbólica. Os relacionamentos amorosos se constituem ao longo da vida, situando no encontro faltoso do sujeito com a sexualidade, sendo a expressão de motivações inconscientes.

É possível à mulher deixar de ser assujeitada e buscar outras saídas e posições na relação amorosa? Sob a ótica da psicanálise não existem modos uniformizados de resposta. As saídas serão sempre individuais e dependerão da constituição subjetiva de cada sujeito. A psicoterapia psicanalítica pode ser uma forma de escuta de uma proposta para que essas mulheres ressignifiquem suas relações conjugais.

Contudo, os dados produzidos nessa dissertação subsidiam a necessidade de mais pesquisas com as mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, principalmente, quanto aos aspectos psicossociais dos sujeitos envolvidos; investigações sobre os subjetivos envolvidos nos relacionamentos conjugais; e ações políticas mais eficazes de comunicação, entre o judiciário e as políticas de saúde; capacitação adequada de profissionais que cuidam dessas mulheres para que consigam respeitá-las em suas vulnerabilidades.

Após alguns anos as políticas públicas, referentes à violência contra a mulher, parece ainda ter o que se remodelar. A psicanálise pode ter um lugar nessa construção fazendo uma leitura da vida psíquica das dores vivenciadas por essas mulheres que não conseguem ou têm dificuldades de se libertarem desses companheiros algozes. Afinal, a escolha de um companheiro e a manutenção dos relacionamentos está permeada por várias questões subjetivas.

Por se tratar de um fenômeno complexo, atravessado por diversos fatores, dentre eles a cultura e a subjetividade dos atores sociais envolvidos, aponta-se a importância da utilização de suportes teóricos diversificados. Recorrendo ao exame de algumas categorias empregadas, nos estudos de gênero, na psicanálise, dentre outras, constituem-se campos teóricos complementares. Estes proporcionam melhor entendimento da dinâmica, que ora mantém mulheres assujeitadas às relações afetivas violentas, ora as retira dessa condição.

Acredita-se que um olhar ampliado sobre essa questão pode trazer grande contribuição à equipe multidisciplinar que atua nessa área. Considera-se importante, também, a construção de outras políticas públicas que propiciem a criação de espaços de atendimento psicológico/psicoterápico, assim como de grupos de reflexão, rodas de conversa, voltados tanto a mulheres em situação de violência conjugal, como para os agressores e familiares. Com isso, propiciar que se faça circular suas falas e suas experiências, possibilitando, dessa maneira, a implicação subjetiva desses sujeitos em suas vidas e em suas escolhas amorosas conjugais. A subjetividade dos sujeitos que protagonizam cenas de violência nas relações amorosas é, portanto, fruto de uma construção social e histórica e constitui-se um reflexo de sua vida inconsciente. O amor é sempre um terreno delicado e movediço que reacende fantasmas inconscientes.

A perspectiva relacional do gênero, apontada por estudos mais recentes nesse campo, demonstra a importância de os homens serem também incluídos nas políticas de intervenção voltadas à igualdade de gênero, pois não há como tratar apenas um pólo da relação, deixando de fora aquele que agride. Nesse sentido, os centros de educação e reabilitação para os “agressores” possuem um papel

fundamental para que os autores de violência possam perceber-se implicados nas cenas que protagonizam em suas parcerias amorosas, possibilitando-lhes repensar a dinâmica relacional violenta que os aprisiona a um ciclo de sofrimento e repetição na convivência com o outro.

A reprodução de papéis sociais diferenciados e assimétricos estabelecidos para homens e mulheres, por meio de uma matriz dominante de gênero, pode ser legitimada ou desconstruída no processo de formação dos sujeitos. Concordamos com Saffioti (2015), quanto à necessidade de se pensar uma nova forma de educar, pautada em matrizes alternativas de gênero que possibilitem uma ressignificação das relações de poder entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

Spindola, T. & Santos, R. S. (2003). Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). *Rev. esc. enferm. USP*, 37(2), 119-126. doi:10.1590/S0080-62342003000200014

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 31 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100002>.

Barreto, A. C., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C. & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica* [online], 22 (1), p. 86-92.

World Health Organization. Global consultation on violence and health. *Violence: a public health priority*. Geneva: WHO; 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).

Minayo SMC, Souza RE, organizadoras. *Violência sob o olhar da saúde*. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz; 2003. É isso??

PEREIRA, Paula dos Santos *Mulheres em situação de violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas* [manuscrito] / Paula dos Santos Pereira. – 2017.

_. *Inibições, Sintomas e Ansiedade* (1926). In: _____ *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: Edição Standard Brasileira*. v.XX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p.81-171.

Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, 55 (123), 177-188.

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. O.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.26, n.6, p.547-553, out./dez., 2013.

AFIFI, T. O.; MacMILLAN, H. L.; BOYLE, M.; CHEUNG, K.; TAILLIEU, T.; TURNER, S.; SAREEN, J. Child abuse and physical health in adulthood. **Health Reports**, Ottawa, v.27, n.3, p.10-18, 2016.

BIRMAN, J. Entre o gozo cibernético e a intensidade ainda possível. *In*: BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1997.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005a. 70p

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, DF, 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510/16**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016, seção 1, p.44-46.

BRASIL. Ministério da Saúde. Temático prevenção de violências e cultura de paz III. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a violência contra a mulher?** Disponível em http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=33903. Acesso em 2 de jul. 2019.

BRITO, R. S.; REIS, B. F. Mulheres e violência doméstica: um olhar sobre subjetividades assujeitadas. **R. Minist. Públ. Est. PA**, Belém, n.6, p.1-300, 2011.

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. *In*: COSTA, L. F.; PENSO, M. A. (orgs.). **A transmissão geracional em diferentes contextos, da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus, 2008. 304p. p.76-96

CASADORE, M. M.; HASHIMOTO, F. Reflexões sobre o estabelecimento de vínculos afetivos interpessoais na atualidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v.XII, n.1-2 - p.177- 204, mar./jun. 2012.

CECCARELLI, P. R. Violência e TV. **Jornal de Opinião da Arquidiocese de Belo Horizonte**, março de 2002. Disponível em: <http://www.ceccarelli.psc.br/texts/violencia-e-tv.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2019.

CECCARELLI, P. R. Novas configurações familiares: mitos e verdades. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v.40, n.72, p.89-102, jun. 2007.

CERRUTI, M. Q.; ROSA, M. D. Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v.8, n.4, p.1047-1076, dez. 2008.

CHINALIA, M. S. **Mulheres na prisão**: estudo psicanalítico sobre um documentário brasileiro. 2012, 78f. Dissertação (Mestrado em psicologia profissão e ciência) – Pontifca Universidade Católica, Campinas, 2012.

COLOSSI, P. M.; FALCKE, D. Gritos do silêncio: a violência psicológica no casal. **Psico**, v.44, n.3, p.310-318, 2013.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio; QUEIROZ, Sávio Silveira de. Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 20, p. 227-243, 2010. xx

CROMBACH, A.; BAMBONYÉ, M. Intergenerational violence in Burundi: experienced childhood maltreatment increases the risk of abusive child rearing and intimate partner violence. **European Journal of Psychotraumatology**, Philadelphia, v.6, n.1, Article 26995, 2015.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, p.1163-1178, 2006.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 417-425, 2005. xx

DAY, V. P. *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **R. Psiquiatr.**, Rio Grande do Sul, v.25, n.1, p.9-21, abr. 2003.

DIAS, M. B. Violência e o pacto de silêncio. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 14 Dez. 2002. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-penal/2043-violencia-e-o-pacto-d-e-silencio. Acesso em: 03 Jul. 2019.

FALCKE, Denise. *et al.* Violência conjugal: um fenômeno internacional. **Contextos Clínicos**, v.2, n.2, p.81-90, 2009.xxx

FANINI, Â. M. R.; SANTOS, M. L.; GNOATO, G. Cultura da violência, dispositivo do amor-paixão, sexualidade e machismo: uma análise do discurso feminino em relacionamentos conturbados. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.14, n.2, p.132-151, mai./ago. 2017

FONTOURA, Anne Caroline Favacho; SILVA, Tamara Levy Valente de Carvalho da; KOBAYASHI, Teresa Cristina Martins. Violência Conjugal: continuar porquê? **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 8, n. 1, p. 64-71, 2018.xxx

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREITAS, L. Processos na Lei Maria da Penha e canções sertanejas: discursos de amor, gênero e violência. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, III. (III SIDIS): Dilemas e desafios na contemporaneidade. [Anais]. São Paulo: UNICAMP, 2012.

FREUD, S. Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I). [1910]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v.XI. p.147-158. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

FREUD, S. Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à psicologia do amor II). [1912]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v.XI. p.159-174. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

FREUD, S. **Sobre o narcisismo**: uma introdução. [1914]. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v.XIV, p. 75-109. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. **Sobre o narcisismo**: uma introdução. [1914] Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.12. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FREUD, S. **Sobre o narcisismo**: uma introdução. [1914]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.9, Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, S. **Introdução ao narcisismo**. [1914]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.14, Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, S. **Recordar, repetir, elaborar**. [1914]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.12. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes. [1915]. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. xx

FREUD, Sigmund. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. [1915]. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud**, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2006. xxx

FREUD, S. **O tabu da virgindade** (Contribuições à psicologia do amor III). [1917/1918]. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v.XI. p.175-192. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer**. [1920]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v.XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

FREUD, Sigmund. **Além do Princípio de Prazer**. [1920]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. 2, pp. 123-198. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. **Psicologia de grupo e a análise do ego** [1921]. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v.18, p. 89-180. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Mal estar da civilização. [1930]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1990.xxx

FREUD, S. **Sobre a sexualidade feminina** [1931]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v.21. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREUD, Sigmund. Sobre a sexualidade feminina [1931]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.xx

FREUD, S. **Por que a guerra?** [1933]. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas, v.XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, Sigmund. Feminilidade. [1933] Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.xx

FREUD, Sigmund S. Análise terminável e interminável. [1937]. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1987.xx

FREUD, Anna. O ego e os mecanismos de defesa. [1946]. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.xx

GAY, P. **Freud**: uma vida para o nosso tempo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Letras, 1989.

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**, (pp. 117-140). Brasília: Ministério da Saúde. 2005. 340 p xxx

GOMES, V. L. O. *et al.* Violência doméstica contra a mulher: Representações de profissionais de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.23, n.4, p.718-724, 2015.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. **Esc. Anna Nery. Rev. Enferm.**, v.13, n.3, p.625-31, jul./set. 2009.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, v.27, n.2, p.256-266. 2015.

ISLAM, T. M.; TAREQUE, M. I.; TIEDT, A. D.; HOQUE, N. The intergenerational transmission of intimate partner violence in Bangladesh. **Global Health Action**, Philadelphia, v.7, Article 23591, 2014.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 552 p xx

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**: A vida americana numa era de esperanças em declínio. [1979]. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LEVY, E. S.; CECCARELLI, P. R.; DIAS, H. M. M. Violência e terror nas redes sociais: considerações sobre cultura, desamparo e narcisismo. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n.48, p.43–52, 2017.

MAY, S. **Amor**: uma história. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MAYORCA, D. S.; BORGES, L. M.; BARCELLOS, A. R. Enfrentando a violência conjugal através da clínica psicodinâmica e a Lei Maria da Penha. **Integracion Academia**, v.14, n.2, p.1-14, 2014.

MELGAÇO, R. G. A lei familiar. In: MEIRA, Yolanda Mourão (Orgs). **O Porão da Família: ensaios de Psicanálise**, (p. 55-63). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 320 p xxx

MELO, E. M. *et al.* A violência rompendo interações: as interações superando a violência. **Rev. Bras. Saude Matern. Infant.**, v.7, n.1, p.89-98, 2007.

MELO, E. M. **Podemos prevenir a violência**: teorias e práticas. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. 278p.

MELO, E. M.; MELO, V. H. (org.). Para Elas. Por Elas, Por Eles, Por Nós. v.2, Coleção Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, Belo Horizonte: Folium, 2016. 298p.

MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para saúde dos brasileiros. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, DF, 2005. p.9-41

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. 132 p

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Revista Psico**, Porto Alegre, v.37, n.1, p.7-13, jan./abr. 2006.

OLTRAMAR, L. C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.14, n.4, p.669-677, out./dez. 2009.

PACHECO, L. R. **Violência conjugal no âmbito doméstico: as vozes de mulheres que romperam com a agressão**. 2012. 139f. Dissertação (Mestrado em Cuidado em Enfermagem) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

PRADO JÚNIOR, P. A arte de viver... à beira do abismo. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL IV; CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL, X. [Anais]. Curitiba, set. 2010.

ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. O uso da entrevista investigativa no contexto da psicologia forense. São Paulo: Vetor, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expresso Popular, 2015. 158p.

SALIS, K. L.; SALWEN, J.; O'LEARY, K. D. The predictive utility of psychological aggression for intimate partner violence. **Partner Abuse**, v.5, n.1, p.83-97, 2014.

SANTINI, P. M.; WILLIAMS, L. C. A. Efeitos de procedimentos para maximizar o bem-estar e a competência parental em mulheres vitimizadas. **Estud. Psicol.**, Campinas, v.33, n.4, p.711-721, 2016.

SANTOS, M. L. G. **Os sintomas e hematomas do amor: relatos de mulheres sobre a violência doméstica**. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.

SCARANTO, C. A. A.; BIAZEVIC, M. G. H.; MICHEL-CROSAT, E. Percepção dos agentes comunitários de saúde sobre a violência doméstica contra a mulher. **Psicologia Ciência e Profissão**, v.27, n.4, p.694-705, 2007.

SILVA, L. E. L.; OLIVEIRA, M. L. C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.20, n.11, p.3523–3532, 2015.

SILVA, R. R. R.; JOFFER, S. C. A violência contra a mulher na contemporaneidade: a perpetuação da desigualdade de gênero. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13TH. [Anais Eletrônicos]. Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1494348686_ARQUIVO_ViolenciacontraaMulhernacontemporaneidade-RafaellaRayanneRdaSilva\(VERSAO_FINAL\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1494348686_ARQUIVO_ViolenciacontraaMulhernacontemporaneidade-RafaellaRayanneRdaSilva(VERSAO_FINAL).pdf). Acesso em: 15 mai. 2019.

STÖCKL, H. *et al.* The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. **The Lancet**, London, v.382, p.859–65, Sept. 2013.

VIEIRA, E. M.; PERDONA, G. S. C.; SANTOS, M. A. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n.4, p. 730-737, 2011.

VICENTE, R. G. Violência conjugal: os significados, a recorrência e os modelos de intervenção. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOLOGIA JURÍDICA, III. [Anais]. São Paulo, 1999.

VIEIRA, L. B. *et al.* Apoio à mulher que denuncia o vivido da violência a partir de sua rede social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.23, n.5, p.865–873, 2015.

VISENTIN, F. *et al.* Women's primary care nursing in situations of gender violence. **Invest. Educ. Enferm.**, v.33, n 3, p.556-564, 2015.

VON SMIGAY, K E. Abordagens possíveis de relações conjugais violentas: o viés de gênero dentro da psicologia. **Revista Interações**, São Paulo, v.6, n.11, p.11-28, jan./jun. 2001.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, 2015. 79p.

WEARICK-SILVA, L. E.; TRACTENBERG, S. G.; LEVANDOWISKI, M. L.; VIOLA, T. W.; PIRES, J. M. A.; GRASSI-OLIVEIRA, R. Mothers who were sexually abused during childhood are more likely to have a child victim of sexual violence. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, Porto Alegre, v.36, n.2, p.119-122, 2014.

WEBER, L. N. D. *et al.* Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. **PsicoUSF**, Itatiba, v.7, n.2, p.163–173, 2002.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar & a realidade**. Trad. J. O. A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Violence against women: a 'global health problem of epidemic proportions'**. Geneva: World Health Organization, 2013. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2013/violence_against_women_20130620/en/. Acesso em: 14 mar. 2019.

WIEVIORKA, M. O La violence aujourd'hui. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11, n.2, p.310-315, 2006.

WILLIAMS, L. C. A.; SANTINI, P. M.; D’AFFONSECA, S. M. The parceria project: a Brazilian parenting program to mothers with a history of intimate partner violence. **International Journal of Applied Psychology**, Rosemead, v.4, n.3, p.101–107, 2014.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE – 14187513.0.0000.5149

Interessado(a): Profa. Simone Mendes Carvalho
Departamento de Enfermagem Materno Infantil e
Saúde Pública
Escola de Enfermagem- UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 05 de junho de 2013, o projeto de pesquisa intitulado **"Acolhimento qualificado da mulher em situação de violência"** bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto


Profa. Maria Teresa Marques Amaral
Coordenadora do COEP-UFMG

APÊNDICE: Roteiro de entrevista para pacientes

Entrevista dirigida à mulher

1. Como é seu relacionamento com sua mãe, com seu pai e com companheiro?
2. Já sofreu algum tipo de violência? Qual? Por quem? Quando?
3. Você sofre ou já sofreu violência conjugal? Quando foi a primeira vez? Por quanto tempo?
4. Porque permaneceu nesse relacionamento abusivo?
5. Você procurou ajuda para a situação de violência perpetrada pelo seu parceiro íntimo? Onde?
6. A busca de ajuda foi satisfatória?
7. O que representa para você o Projeto “para elas”?
8. Você gostaria de acrescentar algo mais que não foi perguntado?